

AUTARQUIAS LOCAIS E DESPORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS
AO DESPORTO EM PORTUGAL

João Francisco Guerreiro
André Dionísio Sesinando
Mário Coelho Teixeira

AUTARQUIAS LOCAIS E DESPORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS
AO DESPORTO EM PORTUGAL

João Francisco Guerreiro
André Dionísio Sesinando
Mário Coelho Teixeira

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Autarquias Locais e Desporto: Financiamento público dos municípios ao Desporto em Portugal

Diagramação: Ellen Addressa Kubisty
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: João Francisco Guerreiro
André Dionísio Sesinando
Mário Coelho Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G934	<p>Guerreiro, João Francisco Autarquias Locais e Desporto: Financiamento público dos municípios ao Desporto em Portugal/ João Francisco Guerreiro, André Dionísio Sesinando, Mário Coelho Teixeira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2343-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.430240703</p> <p>1. Gestão de atividades esportivas. 2. Política pública. 3. Financiamento público. I. Guerreiro, João Francisco. II. Sesinando, André Dionísio. III. Teixeira, Mário Coelho. IV. Título. CDD 796.068</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

De forma global, o desenvolvimento e promoção da atividade desportiva na Europa assenta numa base de estímulo político e investimento público que possibilite, quer a criação de medidas de políticas públicas, quer o acesso e condições adequadas à prática de desporto e atividade física para todos os cidadãos sem exceção. Em Portugal, as autarquias locais intervêm enquanto principal motor de desenvolvimento desportivo local, não só devido a um conjunto de atribuições e competências legais, mas principalmente pela proximidade aos cidadãos, permitindo uma ação diferenciadora e que responda às reais necessidades das suas populações e demais agentes envolvidos nas dinâmicas locais.

Nesse sentido, torna-se imperativo continuar a estudar a realidade do Poder Local e sua intervenção no desporto na perspetiva da Gestão do Desporto, ao mesmo tempo que se contribui para um maior e mais apurado conhecimento sobre os níveis de financiamento público local no domínio do desporto, e se identificam as diversas realidades e assimetrias regionais. No decurso de uma investigação desenvolvida com o objetivo de conclusão de grau académico, a obra que aqui se apresenta pretendeu explorar os níveis de financiamento do desporto num contexto pré-pandemia Covid-19, de forma a evitar a eventual influência negativa de um período marcado por diversos constrangimentos e que poderiam desvirtuar o propósito do estudo.

O trabalho desenvolvido pelo Mestre João Francisco Gil Guerreiro sob a orientação científica do Professor Doutor Mário Coelho Teixeira, docente e investigador da Universidade de Évora (Portugal) e com o apoio e revisão do investigador e Mestre André Dionísio Sesinando, permitirá aos leitores um olhar amplo e caracterizador sobre uma realidade europeia e nacional, ao mesmo tempo que os dados obtidos representam uma base sólida para futuros estudos comparativos que contribuam para o reforço da importância do investimento público no desenvolvimento eficiente e eficaz do Desporto.

AUTARQUIAS LOCAIS E DESPORTO

Financiamento Público dos Municípios ao Desporto em Portugal

Sem a formulação e implementação de políticas públicas de desporto nas autarquias locais que financiem o setor, o desporto não sobreviveria em Portugal. Em muitos municípios portugueses, os níveis de financiamento ao desporto ainda se encontram aquém das necessidades e expectativas das populações. Este trabalho científico tem como objetivo geral a análise dos níveis de financiamento ao desporto nos Municípios Portugueses.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa e o procedimento adotado como instrumento de recolha de dados a análise documental. Num universo de 308, a amostra é composta por 250 municípios e distribuídos pelos grupos: NUT I, NUT II, NUT III e Municípios. Foram utilizadas análises descritivas e de inferência estatística. A recolha de dados incidiu no ano económico de 2019, sendo recolhidos entre agosto e novembro de 2021.

Os resultados alcançados apontam para: i) a inexistência de homogeneidade na repartição de fundos ao desporto; ii) os municípios que têm uma maior taxa de execução orçamental da rubrica desporto, são aqueles que apresentam uma dotação mais “realista”; e, iii) a existência de sobrecarga de dotação na rubrica desporto para além das possibilidades de execução.

Concluimos que: a) todos os municípios analisados destinam verbas para o desporto, apesar dos valores absolutos serem distintos; e, b) os municípios têm margem para aumentar a taxa de execução orçamental da rubrica desporto, considerando que as variáveis dotações do desporto e execução do desporto estão correlacionadas. Propomos um modelo de gestão em que os municípios tenham a obrigação de executar percentagens mínimas das suas dotações, visando orçamentos mais realistas e taxas de execução da rubrica desporto mais próximas da sua total execução.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do Desporto; Políticas Públicas; Autarquias Locais; Municípios; Financiamento Público.

LOCAL AUTHORITIES AND SPORT

Public Funding of Sport by Municipalities in Portugal

Without the formulation and implementation of public sports policies in local authorities that fund the sector, sport would not survive in Portugal. In many Portuguese municipalities, sport funding levels still fall short of the needs and expectations of the population. The general aim of this scientific paper is to analyse the levels of sports funding in Portuguese municipalities.

Methodologically, this is a descriptive study with a quantitative approach and the procedure adopted as a data collection tool was document analysis. In a universe of 308, the sample is made up of 250 municipalities and distributed by groups: NUT I, NUT II, NUT III and Municipalities. Descriptive analyses and statistical inference were used. Data collection took place in the 2019 economic year and was collected between August and November 2021.

The results show that: i) there is no homogeneity in the distribution of funds to sport; ii) the municipalities that have the highest rate of budget execution for sport are the ones with the most “realistic” allocations; and iii) there is an overload of allocations for sport beyond the possibilities of execution.

We conclude that: a) all the municipalities analysed allocate funds to sport, although the absolute values are different; and, b) municipalities have room to increase the budget execution rate for sport, considering that the variables sport appropriations and sport execution are correlated. We propose a management model in which municipalities are obliged to implement minimum percentages of their allocations, aiming for more realistic budgets and implementation rates for sports that are closer to their total implementation.

KEYWORDS: Sports Management; Public Policies; Local Authorities; Municipalities; Public Funding.

AUTORIDADES LOCALES Y DEPORTE

Financiación Pública Municipal del Deporte en Portugal

Sin la formulación y aplicación de políticas deportivas públicas en las autoridades locales que financian el sector, el deporte no sobreviviría en Portugal. En muchos municipios portugueses, los niveles de financiación del deporte siguen estando por debajo de las necesidades y expectativas de la población. El objetivo general de este artículo científico es analizar los niveles de financiación del deporte en los municipios portugueses.

Metodológicamente, se trata de un estudio descriptivo con enfoque cuantitativo y el procedimiento adoptado como herramienta de recogida de datos fue el análisis documental. En un universo de 308, la muestra está compuesta por 250 municipios y distribuida por grupos: NUT I, NUT II, NUT III y Municipios. Se utilizaron análisis descriptivos e inferencia estadística. La recolección de datos se realizó en el año económico 2019 y se recolectó entre agosto y noviembre de 2021.

Los resultados muestran que: i) no hay homogeneidad en la distribución de los fondos destinados al deporte; ii) los municipios que tienen un mayor índice de ejecución presupuestaria para el deporte son los que tienen las asignaciones más “realistas”; y iii) hay una sobrecarga de asignaciones para el deporte por encima de las posibilidades de ejecución.

Concluimos que: a) todos los municipios analizados destinan fondos al deporte, aunque los valores absolutos son diferentes; y, b) los municipios tienen margen para aumentar la tasa de ejecución presupuestaria para el deporte, considerando que las variables créditos y ejecución deportivos están correlacionadas. Proponemos un modelo de gestión en el que los municipios estén obligados a ejecutar porcentajes mínimos de sus asignaciones, con el objetivo de que los presupuestos sean más realistas y los porcentajes de ejecución de los deportes se aproximen más a su ejecución total.

PALABRAS-CLAVE: Gestión Deportiva; Políticas Públicas; Autoridades Locales; Municipios; Financiación Pública.

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	1
1.2 MOTIVAÇÃO, PERTINÊNCIA E INOVAÇÃO DO ESTUDO	2
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	3
1.4 OBJETIVOS.....	4
2. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	6
2.1 AUTARQUIAS E DESPORTO	6
2.2 DESPORTO MUNICIPAL E DIREITO.....	7
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS.....	8
2.3.1 Importância da política pública desportiva local	8
2.3.2 Poder político no desporto	9
POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESPORTO	11
2.4.1 Infraestruturas desportivas	11
2.4.2 Apoio a entidades promotoras da atividade desportiva.....	13
2.4.3 Promoção de eventos desportivos	14
2.5 FINANCIAMENTO PÚBLICO AO DESPORTO	14
2.5.1 Estado no financiamento do desporto.....	15
2.5.2 Financiamento dos municípios ao desporto	16
3. METODOLOGIA.....	17
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA	17
3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS	17
3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	18
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	18
4. RESULTADOS	20
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT I	20
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT II.....	24
4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT III.....	28

4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: MUNICÍPIOS.....	35
4.4.1 Teste <i>Kruskal-Wallis</i>	40
4.4.2 Teste <i>Spearman</i>	40
5. DISCUSSÃO	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6.1 CONCLUSÕES	46
6.2 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E TEÓRICAS.....	47
6.3 LIMITAÇÕES E EXTENSÃO DO ESTUDO	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS.....	54
SOBRE OS AUTORES.....	61

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o desenvolvimento da política desportiva no contexto nacional, com enfoque no nível de financiamento Municipal da função Desporto em Portugal.

Tendo em consideração a atenção dada ao Desporto no principal marco legislativo nacional, observa-se que a Constituição da República Portuguesa estabelece como norma “[...] promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”. Consequentemente, os recursos públicos são ajustados por parte do Governo e das Administrações Centrais que canalizam recursos para as Autarquias Locais para o fomento da política desportiva nacional.

Do ponto de vista de produção científica, constata-se a existência de diversos estudos sobre o financiamento público do desporto (Teixeira; Rijo; Sesinando, 2022). A intervenção do poder local supõe a adoção de medidas estratégicas de política desportiva que contrariem meras ações de rotina administrativa, que por vezes, confundimos e possamos levar a pensar que é algo planejado e programado.

Para Teixeira (2009), e decorrente do princípio de descentralização do Estado, o autor refere que é possível encontrar no poder autárquico um parceiro privilegiado na definição e implementação de políticas públicas centrais e locais para a área do desporto.

Apesar do desenvolvimento de diversos estudos na referida área, torna-se possível afirmar que existe lacunas nas investigações no nível de financiamento municipal do desporto no contexto português (Teixeira; Rijo; Sesinando, 2022). Não há uma medida, concreta, que nos permita aferir e quantificar a aposta no desenvolvimento desportivo local.

As questões empíricas e científicas supracitadas, revelam a necessidade de compreensão da estrutura orçamental do desporto em contexto municipal, com base em instrumentos teórico-metodológicos que possam mostrar evidências científicas para a tomada de decisão política por parte do poder executivo municipal.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

O processo de desenvolvimento da dissertação foi alicerçado em múltiplos fatores que desencadearam o interesse e a motivação para a investigação da dinâmica orçamental da política desportiva local e regional de Portugal.

O primeiro fator a ser considerado refere-se à necessidade de compreensão das autarquias locais na produção de uma política desportiva. A aproximação das autarquias locais com a população, constitui o primeiro elo entre a Administração Pública e os cidadãos (Sesinando; Teixeira, 2022).

A qualidade da gestão dos recursos que estes lhe confiam é um atributo da maior importância que se reflete na opinião que a comunidade vai formar acerca do valor do serviço prestado, não apenas pelos municípios e freguesias, mas igualmente pelos restantes subsectores públicos (Baleiras, 1994).

As autarquias são entidades imprescindíveis para a promoção e auxílio do desenvolvimento desportivo, criando maiores e mais fáceis condições de acesso às diferentes atividades desportivas ao maior número de cidadãos dos diferentes grupos etários e sociais. Neste sentido, torna-se necessária uma investigação sobre políticas públicas de desporto nas autarquias locais.

De acordo com Teixeira (2009) a autarquia torna-se num pilar relevante que permite o funcionamento do sistema sociopolítico instalado, neste enquadramento, o desportivo em particular, cumprindo e fazendo cumprir o consagrado na constituição que é, o acesso à cultura física e ao desporto de todos os cidadãos sem exceção.

E é aqui que o conjunto de profissionais com formação especializada na área de desporto que gerem os serviços desportivos dos municípios, e não apenas os técnicos superiores de desporto, têm um papel fundamental no desenvolvimento desportivo de todos os municípios de Portugal (Teixeira; Ribeiro, 2014). O contexto autárquico é fundamental para desenvolver projetos desportivos estruturados (Figueira; Teixeira, 2020), cujo financiamento é necessário para a sua execução, numa perspetiva de promover, motivar, orientar e apoiar a atividade desportiva em todas as suas vertentes.

1.2 MOTIVAÇÃO, PERTINÊNCIA E INOVAÇÃO DO ESTUDO

A inserção no mestrado em Direção e Gestão Desportiva, durante o qual, a temática do desporto nas autarquias e o financiamento nas mesmas, despertava uma constante curiosidade.

A minha atividade profissional encontra-se relacionada com o contexto autárquico, mais precisamente na Câmara Municipal de Almodôvar, onde desempenho funções de técnico superior no Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira. O conhecimento técnico de controlo orçamental de diversas funções nas atividades municipais do município, em comunhão com a curiosidade em conhecer a realidade dos níveis de financiamento a nível local, regional e nacional, legitimou a escolha deste tema.

Será sempre uma motivação pessoal e profissional o aprofundamento desta temática. Ter mais consistência e conhecimento técnico especializado para ter aplicabilidade no contexto profissional diário é fundamental. Desta forma, espera-se com esta investigação, descrever o financiamento cabimentado, executado e o seu peso com outras funções, em cada município.

Do estudo fazem parte os 308 municípios de Portugal, 278 no Continente, 11 na Região Autónoma da Madeira e 19 na Região Autónoma dos Açores. Tendo sido consultados os sites institucionais de cada município para conseguirmos analisar os documentos de prestação de contas de 2019.

Decidimos estudar o ano de 2019, por duas razões. A primeira deve-se ao facto de não termos em conta os efeitos da pandemia, covid-19, cujos efeitos começaram a fazer-se

sentir em Portugal, no início do ano de 2020. A segunda razão, prende-se com o facto de que quando começámos a fazer esta pesquisa (agosto de 2021) eram inúmeros os municípios que não tinham a prestação de contas de 2020 disponível nos sites institucionais, o que poderia induzir a uma investigação pouco consistente em termos de resultados. Por estas duas razões óptimas, então, por incidir a nossa recolha de dados no ano de 2019.

A amplitude do estudo é única e inovadora. Não encontramos estudos científicos que descrevessem dados económico-financeiros (Teixeira; Rijo; Sesinando, 2022), dos 308 municípios, como:

- Dotação Global (valor previsional total inscrito no orçamento municipal);
- Execução Global (valor final de despesas ocorridas no orçamento municipal);
- Dotação Função Desporto (valor previsional inscrito no classificador funcional do desporto);
- Execução Função Desporto (valor final de despesas ocorridas no classificador funcional do desporto).

Conseguimos extrair rácios através dos dados anteriormente mencionados, que nos permite calcular:

- Peso percentual da execução orçamental na função desporto;
- Peso que a execução na função desporto tem na execução global do município;
- Peso que a dotação na função desporto tem na dotação global do município.

É de extrema importância que surjam estudos com esta preocupação para que sejam apontadas alternativas e soluções na capacidade de gestão desportiva nos municípios em Portugal.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este livro científico está dividido em sete partes, encontrando-se organizado da seguinte forma:

- **Parte I** – A parte I corresponde à fase introdutória da investigação, onde constam a problemática em estudo e a forma como foi tratada a informação e se explica o porquê da escolha deste tema e a sua pertinência. Aqui, estão descritas as questões que levaram à escolha do tema, os objetivos propostos e questões iniciais a explorar durante a investigação, e como será a organização dos resultados e discussão do estudo;
- **Parte II** – A parte II corresponde à apresentação da revisão da bibliografia aos diversos temas analisados na investigação, tendo sido feita uma análise de extrema importância no papel atribuído ao desporto e aos Municípios, em matéria de atividade física e desportiva no setor desportivo português;

- **Parte III** – A parte III corresponde à descrição da metodologia utilizada para a recolha dos dados. Inicialmente, abordamos o universo e a amostra que utilizámos, ou seja, identificamos e caracterizamos os Municípios alvo do estudo e onde se descrevem os métodos e técnicas utilizados, assim como, todos os instrumentos e procedimentos escolhidos para esta investigação;
- **Parte IV** – A parte IV corresponde à apresentação dos resultados, bem como a sua interpretação e respetiva divisão por diferentes tópicos;
- **Parte V** – A parte V corresponde à discussão dos resultados, onde se dá a conhecer a análise efetuada e os dados obtidos de acordo com o propósito da investigação, enquanto se abordam e inferem algumas considerações relevantes sobre aspetos associados à temática em estudo;
- **Parte VI** – A parte VI corresponde às conclusões finais da investigação, apresentando-se as principais conclusões do estudo, bem como algumas implicações práticas e teóricas e as principais limitações e extensão do estudo enquanto recomendações no contexto profissional para instituições que operam no setor e no âmbito científico para futuros estudos;
- **Parte VII** – Por último, a parte VII corresponde à identificação das referências bibliográficas utilizadas enquanto suporte teórico-científico da investigação, sendo posteriormente apresentado os anexos do trabalho onde constam os dados globais obtidos e que permitiram a realização do presente trabalho.

1.4 OBJETIVOS

O objetivo do presente estudo científico consiste em percebermos e darmos resposta aos problemas e questões inicialmente identificados.

As convicções pessoais dos autarcas, a ideologia política dos executivos, a autonomia das divisões de desporto, são aspetos, entre tantos outros, que podem influenciar o desenvolvimento desportivo a nível local.

É importante difundir a prática desportiva com a comunidade. É de real importância haver uma comunhão de projetos planificados com coletividades que são, igualmente, promotoras da atividade física, e poderão estar mais próximas e de fácil acesso à população. Não há projetos, novas instalações, apoios a coletividades desportivas, etc., sem financiamento.

A principal questão que pretendemos dar resposta é:

- *“Quais são os níveis de financiamento dos Municípios portugueses para o desenvolvimento desportivo local?”.*

Decorrente desta primordial questão, levantam-se outras questões secundárias, mas igualmente importantes que nos permitem refletir. Nomeadamente:

- Todos os municípios dispõem de dotação orçamental para o desporto?
- Qual o peso percentual da dotação orçamental da função Desporto na dotação orçamental global do município?
- Quais os municípios que apresentam maior ou menor dotação na função Desporto?
- Quais os municípios que apresentam maior ou menor peso percentual para o Desporto na execução global?
- Existe relação entre as variáveis Dotação Desporto vs. Execução Desporto?

REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

A revisão bibliográfica é a base que sustenta qualquer pesquisa científica.

Para conseguirmos gerar conhecimento é preciso, em primeiro lugar, dar a conhecer o que já foi realizado por outros autores e quais as fronteiras que existem nas temáticas em estudo.

Neste sentido, é indispensável a revisão bibliográfica para delimitar o problema e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre as suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para desenvolver mais conhecimento (Marconi; Lakatos, 2021).

2.1 AUTARQUIAS E DESPORTO

Pretendendo satisfazer as necessidades das comunidades locais, os municípios procuram cumprir um quadro de competências e atribuições relativas ao desenvolvimento socioeconómico (Teixeira, 2004), pelo que também assumem responsabilidades específicas na área do desporto, em cumprimento do princípio de descentralização administrativa (Teixeira, 2019).

Sublinhamos que as Autarquias Locais são das entidades com uma intervenção mais assinalável na estrutura global do sistema desportivo e, atualmente, as principais financiadoras do associativismo e da própria atividade desportiva (Gómez-Rodríguez et al., 2024), daí a importância que as mesmas revestem atualmente e podem continuar a exercer nos âmbitos do fomento e desenvolvimento do Desporto (Sesinando; Urbaneja; Teixeira, 2023).

Nos dias que correm, o desporto tem um papel de grande importância no quotidiano das populações, com o objetivo de desenvolverem capacidades físicas, cognitivas e mentais. Contudo, para acompanhar este fenómeno de desenvolvimento desportivo na população, é importante criar mecanismos de gestão e planificação da oferta desportiva (Teixeira et al., 2023e).

Pereira (2012, p. 207), considera ser insubstituível o papel das autarquias locais no desenvolvimento do desporto, tal o seu significado e dimensão atingidos no panorama do desenvolvimento desportivo nacional.

De acordo com (Silva; Couto; Santos, 2014), analisar o desporto no contexto municipal poderá oferecer elementos para a compreensão da dinâmica orçamentária das políticas públicas que envolvem a temática em questão.

Autarquias e Desporto é a simbiose, perfeita, para o desenvolvimento do sistema desportivo (Teixeira; Maçarico; Correia, 2005). O campo de futebol, o court de ténis, as pistas de atletismo em tartan, felizmente, conseguem ser visualizados, não só nas grandes cidades, mas também nas pequenas povoações: nas aldeias e vilas do interior. Com

certeza que há desequilíbrios na distribuição de equipamentos desportivos, em algumas situações. Mas o que tem sido feito é maioritariamente pelas autarquias locais, lançando as bases para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis.

2.2 DESPORTO MUNICIPAL E DIREITO

Sem dúvida que o desporto é um dos fenómenos mais presentes nas atuais sociedades. Consequência disso é a exigência de uma leitura jurídica muito própria, complexa e multifacetada.

O campo do Desporto e do Direito é complexo. A exposição pública é cada vez maior, numa área onde se procuram, modelos de atuação e exemplos a seguir, a tentação de sancionar de forma categórica ou de perdoar, é grande (Carvalho; Carvalho; Silva, 2001).

Os elementos estruturantes que regulam e definem a competência das autarquias locais face ao desporto, encontram-se em três documentos fundamentais (Sesinando, 2021):

1. A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD – Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro;
2. Lei nº 159/99 de 14 de setembro – estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;
3. Lei nº 169/99, de 18 de setembro – estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

A LBAFD demonstra a intenção de integrar a atividade física e a atividade desportiva num conceito de Desporto contemporâneo e diverso, próprio das democracias modernas, no sentido de estimular a adoção de comportamentos e estilos de vida ativos.

Decorrente da análise à LBAFD por Teixeira (2019), podemos sintetizar que as autarquias locais devem criar um parque desportivo nacional de qualidade e diversificado, bem como apoiar a atividade desportiva em meio escolar, para pessoas portadoras de deficiência, os jogos tradicionais e o desporto na Natureza.

Face à profusão de responsabilidades, verifica-se um aprofundamento da municipalização do desporto e a definição de um modelo de intervenção e uma política desportiva municipal. No financiamento, coloca-se uma forte limitação ao desporto profissional e uma proibição aos incumpridores de obrigações fiscais e segurança social (Rocha; Silva, 2019).

As atribuições e competências das autarquias locais referem-se ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, o abastecimento público, o saneamento básico, a saúde, a educação, a cultura, o ambiente e o desporto.

Segundo Teixeira (2019), verifica-se uma evolução legislativa nas atribuições e competências das autarquias locais para a promoção da prática desportiva, no entanto,

existe uma enorme escassez de recursos disponíveis perante uma apreciável vontade política dos eleitos locais. O referido autor prossegue e menciona que seria importante alargar as suas competências e atribuições, dotar de suficientes recursos humanos e técnicos, assim como materiais e financeiros.

A lei nº 169/99, de 18 de setembro, estabelece o quadro de competências, bem como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das juntas de freguesia. Decorrente da análise ao n.º 4, do artigo 64.º torna-se patente que é da responsabilidade da Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse do município: a) deliberar sobre as formas de apoio às entidades e organismos (legalmente existentes), nomeadamente com o intuito à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, (...); b) Apoiar ou participar atividades de interesse municipal, de natureza desportiva, recreativa ou outra. Assegura o n.º 2 do artigo 66.º que a Câmara Municipal pode delegar competências na Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos, nomeadamente ao nível da gestão, conservação e reparação de equipamentos da propriedade do município.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS

A temática das políticas em geral, e das políticas desportivas em particular, sejam elas de âmbito público ou privado, poderão ser concebidas de acordo com os contextos sociais, culturais, económicos, desportivos, entre outros, estabelecendo indicadores, metas, objetivos e programas de intervenção, só assim se passa à operacionalização, dispondo dos recursos necessários (Figueira; Menezes; Teixeira, 2022; Mestre; Sesinando; Teixeira, 2023). O desenvolvimento do sistema desportivo deve ocupar, sempre, o motivo central das políticas públicas desportivas (Teixeira, 2019).

2.3.1 Importância da política pública desportiva local

O Estado, começou a surgir, ao lado da sociedade civil, na sua vertente autárquica, como promotor da oferta pública desportiva, tentando responder às expectativas, necessidades, ambições e motivações dos diferentes grupos sociais da população (Duarte, 2012).

A resolução dos problemas numa perspetiva global implica recursos e técnicas que se situam em relações locais (Crespo, 1991).

A atual necessidade quanto à multiplicação e diversificação das atividades desportivas é o elemento decisivo na reformulação do papel do Estado e no correspondente reforço da intervenção dos órgãos locais na gestão do fenómeno desportivo (Picamilho; Saragoça; Teixeira, 2023).

As Câmaras Municipais, órgãos com atribuições e competências fundamentais, são um meio fundamental para o Estado, na medida em que servem os cidadãos e as

organizações, dão resposta às aspirações e desejos da sociedade e ainda contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Teixeira; Ribeiro; Correia, 2014).

A política desportiva municipal tem de partir da realidade local, mas erguendo as suas formas de ação sobre a base de uma conceção moderna e humanizadora (Carvalho, 1994).

Afirma Carvalho (1994), que uma política desportiva municipal estruturada em bases ou convicções políticas deve estar centrada numa lógica de “serviço público” para ser coerente e ter um verdadeiro significado.

De acordo com Almeida (2012), o desporto municipal abriu via a uma política centralizada no cidadão, vocacionada em garantir condições de uma atividade desportiva regular de todos os municípios, através de um serviço público dotado das condições necessárias para o efeito.

Uma política desportiva conduzida a nível local passa pela criação de condições para que a generalidade da população tenha acesso a atividades físicas e desportivas (Pires, 2007). O mesmo autor refere serem necessários: quadros teóricos de suporte alternativos ao modelo dominante; a idealização de novas políticas; e a responsabilização de quem dirige, pelas opções tomadas.

As autarquias ao criar estratégias de intervenção desportiva no seu contexto local estão a criar condições muito importantes de prática desportiva para toda a população do seu município (Picamilho; Saragoça; Teixeira, 2021). Neste sentido concordamos com o seguinte modelo de intervenção nas autarquias (Figueira; Teixeira; 2021):

1. Generalização do acesso à prática do Desporto, procurando aumentar os níveis de participação e frequência dos diferentes segmentos etários e sociais da população;
2. Criação de infraestruturas, com impacto direto sobre o crescimento desportivo;
3. Melhoria da qualidade das atividades e práticas desportivas no plano material, humano e logístico;
4. Cooperação com a sociedade civil, designadamente o associativismo desportivo e a iniciativa privada;
5. Modernização da Gestão e Administração das estruturas municipais.

2.3.2 Poder político no desporto

O meio político apresenta-se como um espaço de disputas de poder em torno de definições de alternativas para determinados problemas de ordem pública (Palmito et al., 2020).

É perceptível, nos dias de hoje, o interesse e a intervenção dos poderes políticos no desporto.

A intervenção do Estado no setor desportivo surge, em primeiro lugar, para salvaguardar a ordem pública, pois o desenvolvimento do desporto atinge em muitas ocasiões uma importância pública (Camarada; Machado; Teixeira, 2021). Em segundo lugar, o desejo de melhorar a condição física da população. Em terceiro lugar, o desejo de afirmar por meio das competições desportivas, o prestígio nacional (Essinague, 1974).

Segundo Essinague (1974), possivelmente o mais claro será o grande valor que tem para o político (especialmente para o político no poder) a utilização dos fenómenos desportivos, cada vez mais no campo do espetáculo e menos na prática, como forma de alinação coletiva e como forma de segurança perante a sociedade. No entender do referido autor, quem deseja fazer política deverá procurar uma base desportiva sólida e coerente (Damo; Sesinando; Teixeira, 2023).

Geralmente o desporto e os agentes intervenientes no setor desportivo, são integrados nas políticas em vigor, tendo assim apoio popular e controlo nas políticas de desporto, lazer e educação (Teixeira; Correia, 2011).

Vejamos o caso das eleições municipais. Os candidatos, sejam os vereadores ou até mesmo os presidentes, procuram apoio nas instituições desportivas de nível distrital, local e até de bairros. Ao fazê-lo, não ignoraram o agrado comum do homem comum às cores e simbolismo do seu clube, que procuram ter manifestações dentro da sociedade do género: “Eu sou adepto deste clube, o meu presidente apoia a candidatura “x”, então eu devo apoiar e votar no mesmo sentido”.

Quantas vezes, os eleitos locais aprovam medidas em favor de clubes que, igualmente, representam com cargos de elevada responsabilidade (habitualmente no conselho fiscal ou na mesa da assembleia geral).

Para Pereira (2012), situações de conflito de interesses entre os eleitos locais e os dirigentes desportivos, seria desejável ser evitado de modo que quer a classe política, quer a dos dirigentes desportivos, tivessem uma melhor imagem pública e mais credibilidade pelos seus atos e comportamentos.

Essas dissonâncias também podem ser observadas em outros contextos. O diagnóstico realizado por Canan, Silva & Starepravo (2019) sobre a atenção dada ao desporto no Brasil durante o processo eleitoral estadual de 2018 revelou o carácter difuso e assistemático das pautas elencadas para o setor, independentemente da representação político-partidária.

POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESPORTO

As principais áreas de intervenção das Câmaras Municipais, para Pereira (2012), são as seguintes:

- Os equipamentos, os espaços e o ordenamento do território;
- As parcerias e os apoios ao associativismo;
- Os programas e as atividades;
- O relacionamento com o sistema educativo;
- A formação, os estudos e o apoio documental;
- A organização de eventos e de espetáculos de desporto;
- O desporto profissional.

Os Municípios, para garantir o desenvolvimento desportivo, devem direcionar a sua atividade a (Almeida, 2012):

- Educação Física no 1º Ciclo do ensino básico;
- A prática desportiva escolar, cooperando com o Ministério da Educação;
- A criação, desenvolvimento e apoio de projetos de prática desportiva regular, destinados a melhorar a saúde e o bem-estar do cidadão;
- O apoio a projetos de prática desportiva destinada à população portadora de deficiência;
- O apoio a projetos de prática desportiva destinada à população idosa, com o objetivo de manutenção da sua condição física;
- A criação, desenvolvimento e apoio de projetos destinados à ocupação do tempo livre dos jovens, designadamente em períodos de férias escolares;
- A criação de parcerias com as universidades, com o objetivo de aproveitar os processos de investigação conduzidos por estas instituições de ensino na área do desporto;
- A criação de infraestruturas destinadas à prática desportiva.

2.4.1 Infraestruturas desportivas

O trabalho realizado em Portugal ao nível das instalações desportivas no final do século XX e no início do século XXI foi concebido com base num pensamento e modelos únicos, transmitindo uma visão redutora do desporto e inibindo o seu desenvolvimento, tendo sido edificadas várias instalações desportivas utilizando um único modelo e replicando-o (Figueira; Menezes; Teixeira, 2022). Segundo os mesmos autores, os espaços e instalações destinadas à prática desportiva devem ser articulados com as necessidades e a procura desportiva local, com as práticas desportivas existentes e permitir um equilíbrio entre as diversas dimensões de práticas desportivas.

O espaço físico é um elemento fundamental em qualquer estratégia de política de desenvolvimento desportivo local (Teixeira et al., 2023a). A atividade desportiva carece, sempre, de um local para a sua concretização, ora as instalações desportivas configuram a estrutura de suporte à procura e à oferta de serviços e atividades de desporto (Almeida, 2012).

Seguindo a perspetiva de Almeida (2012), a construção de infraestruturas desportivas ocupa parte do financiamento destinado ao desenvolvimento desportivo, constituindo assim, uma marca incontornável da intervenção do poder local na correção das carências de espaços adequados à generalização da prática desportiva regular.

As infraestruturas desportivas são fundamentais em qualquer política desportiva. Para Mestre, Sesinando e Teixeira (2023), não é fator suficiente nos objetivos estratégicos pretendidos pelos municípios, contudo, é sempre um fator decisivo.

Possuir uma política de infraestruturas desportivas significa ter uma política de codificação e qualificação dos espaços, assim, criando condições para a prática desportiva, aumentando o nível de eficiência e fornecendo conforto desportivo (Barros; Teixeira, 2008). Para executar uma política de instalações desportivas significa codificar desportivamente os espaços, organizá-los e impondo-lhes regras (Teixeira; Junior; Sesinando, 2023c).

Os municípios assumem, em Portugal, um peso fundamental na configuração da estrutura do sistema de instalações desportivas (Sesinando; Seguí-Urbaneja; Teixeira, 2023). Os proprietários da grande parte das instalações desportivas em Portugal são os municípios e as freguesias, devido a esse facto, é inequívoco dizer que perante esta situação, estes, assumem-se como um setor-chave no domínio das práticas desportivas.

Primeiro construir, depois gerir as instalações e os equipamentos desportivos. O Decreto – Lei nº123/97 de 22 de maio, no n.º2 do artigo 64.º, aliena f, a Câmara Municipal é responsável pelo planeamento e desenvolvimento, para criar, construir e gerir instalações e equipamentos. É de extrema importância este diploma que obriga as Câmaras Municipais a adotar um conjunto de normas técnicas de eliminação de barreiras arquitetónicas em recintos desportivos, mais precisamente em estádio, piscinas e pavilhões.

Para Hartman (1991) todo e qualquer projeto de instalações desportivas deve responder às seguintes exigências: apresentação e aspeto do espaço deverá ser atrativo; existência de atividades compatíveis para uma larga faixa etária, interesses e capacidades da população; outras instalações recreativas, sociais e culturais com possibilidade de serem integradas; a ideia de melhoria e manutenção da saúde deve ser deixada clara; ter o pré-requisito de uma integração harmoniosa no ambiente; e, por fim, o local deve ser de fácil acesso e as instalações devem estar disponíveis mantendo-se os custos acessíveis para os utentes. O autor frisa, também, que estas exigências devem ser tomadas em consideração e tendo em conta os limites impostos pelos meios financeiros tidos à disposição.

2.4.2 Apoio a entidades promotoras da atividade desportiva

Quem são as entidades promotoras da atividade desportiva? Clubes, Associações, Federações, Coletividades e outras entidades, são as entidades que estão na “linha da frente” a contribuir para a promoção da atividade desportiva (Garcia; Saragoça; Teixeira, 2018).

Atualmente a atividade de dirigente desportivo, e conseqüentemente das entidades promotoras da atividade desportiva, passam por diversas dificuldades face às alterações sociais e culturais que se têm vindo a desenvolver no desporto (Teixeira; Leão; Almeida, 2019). Os apoios financeiros são o maior problema que estes enfrentam porque dependem deles para realizar as atividades planificadas, mas nem sempre conseguem obtê-los. Os únicos apoios com os quais ainda podem contar são os das Autarquias Locais.

Ao longo do tempo muitas receitas têm vindo a diminuir, como por exemplo as mensalidades dos associados, a bilheteira dos jogos, os patrocinadores, a publicidade, tudo isso tem tendência a desaparecer o que dificulta a gestão de qualquer associação. Nos planos de atividades, entregues anualmente pelas associações às Autarquias locais verifica-se que maior parte deles apenas apresentam despesas, a receita normalmente não existe.

No caso dos clubes com equipas de futebol sénior amador, o cenário é o mesmo, as fontes de financiamento e as receitas são cada vez menores e os dirigentes desportivos lutam para não baixar a qualidade das suas equipas e conseqüentemente a descida de divisão (Pereira, 2012).

Outras vertentes, segundo Pereira (2012, p. 212), são alvo do apoio das autarquias locais, como por exemplo:

- Cedência de transportes e comparticipação para a aquisição de viaturas coletivas de transporte de pessoas;
- Cedência e/ou oferta de material e equipamento desportivo;
- Prioridade e condições preferenciais no acesso aos equipamentos desportivos municipais;
- Apoio técnico (por exemplo: organização de eventos desportivos ou obras);
- Apoio logístico;
- Apoio no acesso a informação (divulgação de eventos desportivos), legislação essencial (estatuto de entidade pública), documentação de carácter técnico, ações de formação e organização de candidaturas a fontes de financiamento, quer sejam públicas ou privadas.

2.4.3 Promoção de eventos desportivos

Os grandes eventos desportivos são instrumentos, cada vez mais, importantes, assumindo um papel significativo para as regiões enquanto tal, mas também enquanto destinos turísticos (Cardeira; Nunes, 2012; Teixeira et al., 2023f).

Os eventos desportivos detêm a capacidade de atrair fluxos turísticos (Oliveira et al., 2023), reduzir a sazonalidade e reforçar a imagem dos destinos (Sallent; Guia; Palau, 2011), como também criam impacto e oportunidades de comunicação (Sebastião, 2010), e proporcionar oportunidades de desenvolvimento das modalidades desportivas.

Neste sentido é essencial a colaboração das autarquias locais na promoção de eventos desportivos, promovidos pelas associações, federações ou clubes desportivos (Reis; Telles; Teixeira, 2023).

Os grandes eventos desportivos têm vindo a revelar uma elevada potencialidade de dimensão desportiva, económica e turística para os locais onde são promovidos (Teixeira et al., 2023d). As autarquias locais, quer sejam os Municípios ou Juntas de Freguesia, por norma, vêm com bons olhos a promoção de eventos desportivos nas suas regiões (Urbaneja; Mendonça; Teixeira, 2023). Para além de terem uma dimensão desportiva e turística importante. Também, os eventos desportivos, se têm mostrado como excelentes ferramentas do ponto de vista político e do desenvolvimento humano (Urbaneja; Mendonça; Teixeira, 2023).

2.5 FINANCIAMENTO PÚBLICO AO DESPORTO

O modelo de financiamento do desporto na atualidade é semelhante nos países mais desenvolvidos do mundo com o Estado, através da Administração Pública Central e Local, a financiar a produção de atividades lúdicas e recreativas que irão beneficiar todas as formas de produção (Tenreiro, 2010).

O financiamento público ao desporto foi sendo consolidado com o reforço da construção europeia protagonizada pela União Europeia (Comissão Europeia e Estados-membros) e consagrada no “Modelo Europeu do Desporto” que inclui as estratégias e políticas, assim como os fatores de desenvolvimento e os setores do desporto (Pereira, 2012, p. 212). De acordo com este autor, o financiamento do desporto decorre de desenvolvimento preconizado, o qual, em Portugal, foi sendo construído ao longo dos últimos 30 anos e aprimorado, sobretudo, após a publicação da primeira lei de bases do desporto em 1990.

É vasto o quadro normativo que enquadra o financiamento do desporto, no entanto, deixamos aqui alguns diplomas que consideramos mais relevantes:

1. Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto;
2. Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro – Estatuto de Utilidade Pública (república o Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro) – confere algumas isenções fiscais e possibilidade de financiamento através de fundos comunitários;
3. Lei 151/99, de 14 de setembro (aletrada pelo artigo 50.º, n.º 4 da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2006) – atualização do Regime de Regalias Fiscais a Pessoas Coletivas com Utilidade Pública;
4. Decreto-Lei n.º 273/2009 de outubro – regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo (estipula a forma de atribuição de apoios financeiros públicos a programas de promoção e desenvolvimento do desporto);
5. Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março – forma de distribuição dos resultados líquidos dos oito jogos sociais geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (alterado pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março);
6. Lei n.º 20/2004, de 5 de junho – Estatuto do dirigente associativo voluntário;
7. Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro – medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento;
8. Regulamentos municipais e das freguesias de apoio ao associativismo (protocolos celebrados através dos relatórios de atividades).

2.5.1 Estado no financiamento do desporto

De acordo com Sesinando, Seguí-Urbaneja e Teixeira (2023), incumbe ao Estado, nos termos constitucionais, em colaboração com as escolas, associações e clubes desportivos, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão do desporto.

No âmbito da administração central do Estado, o Instituto Português do Desporto e Juventude surge como instrumento público de apoio financeiro ao desporto. Já nas administrações regionais e locais do Estado, as Administrações Regionais dos Açores e Madeira, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, surgem como instrumentos públicos de apoio financeiro ao desporto (Teixeira, 2012).

Os Orçamentos Gerais do Estado, apontam os rumos a seguir pelos Governos da República. Refletem as prioridades das políticas orçamentais e as formas de utilização dos recursos financeiros na persecução do desenvolvimento económico e social de Portugal (Teixeira; Ribeiro, 2016).

A generalidade das políticas de desenvolvimento desportivo têm vindo a ser construídas, no plano local e nacional, o Estado, tem revelado ser um parceiro essencial.

2.5.2 Financiamento dos municípios ao desporto

O financiamento ao desporto, através dos Municípios, vem das suas receitas (impostos, taxas e venda de bens e serviços) e das transferências anuais atribuídas nos Orçamentos de Estado (exemplo: Fundo de Equilíbrio Financeiro) e que posteriormente, as Câmaras de acordo com a sua gestão e orientação política, destinam às diversas funções.

A intervenção das autarquias locais e dos eleitos locais tem um enorme efeito no desenvolvimento do desporto e na gestão do desporto. Na prática, também aplicam os fundos financeiros dos governos centrais (Teixeira et al., 2023b).

A autonomia dos municípios no processo de implementação de políticas desportivas realça a necessidade de aumentar o conhecimento sobre as dinâmicas orçamentárias para o Desporto nas autarquias locais.

METODOLOGIA

De acordo com Pires (1989), um processo de investigação deve envolver uma determinada metodologia, isto é, um conjunto de operações que conduzem à averiguação dos objetivos da investigação.

A presente investigação foi centrada nos dados recolhidos nos sites institucionais de cada município. Os sites consultados foram preciosos para chegarmos aos resultados, apesar de alguma informação pretendida de sobre alguns municípios não houve possibilidade de chegar à mesma.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Portugal tem um total de 308 Municípios. São, estes, responsáveis pela gestão do território e administração das funções e suas competências. O fomento e apoio da atividade desportiva é uma das suas funções.

Visando o estudo ter uma amplitude Nacional, era nosso objetivo que o mesmo tivesse amplitude sob todos os Municípios Portugueses.

No entanto, ao realizarmos a análise documental (procedimento adotado como instrumento de recolha dos dados), verificámos que em cinquenta e oito Municípios não conseguíamos recolher dados económico-financeiros.

Apesar 58 Municípios estarem em falta na nossa investigação, não desvaloriza o nosso trabalho, pois temos representatividade de 80,2% dos Municípios Portugueses. Com prevalência acima dos 50% em todos os grupos de NUT I, NUT II, NUT 3 e Municípios.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Dependendo do propósito da investigação, do tipo de dados recolhidos e da metodologia de análise dos dados, será definida o tipo de investigação.

Se estivermos interessados em quantificação, isto é, saber quantos consumidores usam, compram etc., a abordagem recomendada é a quantitativa. Se estivermos interessados em saber as várias razões e motivos que levam as pessoas a consumir, devemos optar pela abordagem qualitativa (Teixeira, Correia, 2009).

Sendo do nosso interesse e objetivo constatar e caracterizar níveis de financiamento nos Municípios, e não havendo uma tentativa da compreensão, é importante definir que estamos a tratar de um método descritivo quantitativo.

Podemos afirmar que a nossa investigação demonstra uma elevada representatividade estatística e, em contrapartida, um baixo aprofundamento de compreensão dos dados recolhidos.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A caracterização dos Municípios implicou uma ampla recolha de informação efetuada através de um único procedimento: a análise documental.

Os dados recolhidos são referentes aos 308 Municípios, e foram recolhidos em duas dimensões, a Geográfica e a Financeira.

A recolha de dados para a componentes Geográfica, foi feita junto da fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística). A apresentação dos dados foi realizada através das NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II e NUTS III. Primeiramente agrupámos os municípios na NUT I (3 unidades), de seguida a NUT II (7 regiões), depois a NUT III (25 sub-regiões), e por fim apresentamos os 250 municípios individualmente.

No que diz respeito à componente Financeira, foram consultados de forma sequencial, respetivamente, os seguintes documentos:

- Site Institucional do Município: Selecionado o Município a investigar, a primeira fase da investigação foi consultar o site institucional;
- “Transparência Financeira” ou “Documentos Financeiros”: Ao entrar no site institucional, o primeiro passo foi encontrar os separadores relacionados com o reporte de dados económico-financeiros do Município;
- Prestação de Contas 2019: Entrar nos documentos de Prestação de Contas 2019 foi o passo seguinte;
- Controlo Orçamental da Despesa 2019: Para retirar os dados de Dotação Global do Município e da Execução Global do Município recorremos a este mapa;
- Execução Grandes Opções do Plano 2019: E, por fim, para encontrarmos a Dotação da Função Desporto e a respetiva Execução, recorremos a este mapa.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise de dados foi efetuada com recurso ao *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 27.0 (SPSS 27.0).

Optámos por apresentar os dados/resultados de forma lógica e progressiva no que toca à dimensão dos grupos adotados. Dados/resultados, estes, que são apresentados em tabelas e gráficos, cujo conteúdo resulta da consulta dos documentos contabilísticos (Orçamento Grandes Opções do Plano, Documentos de Despesa e Receita, de entre outros) consultados nos sites oficiais dos municípios.

Primeiramente, realizamos uma análise estatística descritiva nos grupos: NUT I, NUT II, NUT III e Municípios.

No grupo Municípios foi realizada uma análise de inferência estatística, para conseguirmos fazer afirmações a partir da amostra.

Então, aferiu-se se as variáveis em estudo não cumpriam o pressuposto da normalidade, com recurso ao teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*. Uma vez que as variáveis violavam este pressuposto ($p < .05$), recorreu-se a testes não paramétricos.

Por conseguinte, recorreu-se ao teste *Kruskal-Wallis*, para perceber se existiam diferenças estatisticamente significativas na dotação global municípios, na execução global municípios, na dotação desporto e na execução desporto em função dos grupos (Açores, Madeira e Continente).

Foram, efetuadas análises correlacionais, com recurso ao coeficiente de correlação de Spearman, para verificar a associação entre a dotação global municípios, a execução global municípios, a dotação desporto e execução desporto.

RESULTADOS

Os dados recolhidos são referentes a 250 municípios em estudo na dimensão financeira.

A recolha de dados, foi feita junto dos sites institucionais de cada município, tendo sido consultados dados do orçamento previsional (inicial) e prestação de contas (orçamento final).

Ao longo do capítulo estão descritos os montantes previstos e executados de cada município em estudo.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT I

Em primeiro lugar, apresentamos os resultados dos municípios, agrupados na NUT 1 (Figura 1). A NUT 1 é agrupada em três unidades: o território continental e as regiões autónomas da Madeira e Açores.



Figura 1 - NUT I

Os valores absolutos dos municípios agrupados na NUT I (apresentados no capítulo dos Anexos): Açores (16 municípios contabilizados e 3 em falta), Madeira (7 municípios contabilizados e 4 em falta), e por fim, o Continente (227 municípios contabilizados e 51 em falta). Apresentamos os dados recolhidos (valores absolutos) agrupados pela NUT I (Figura 1 e Figura 2):

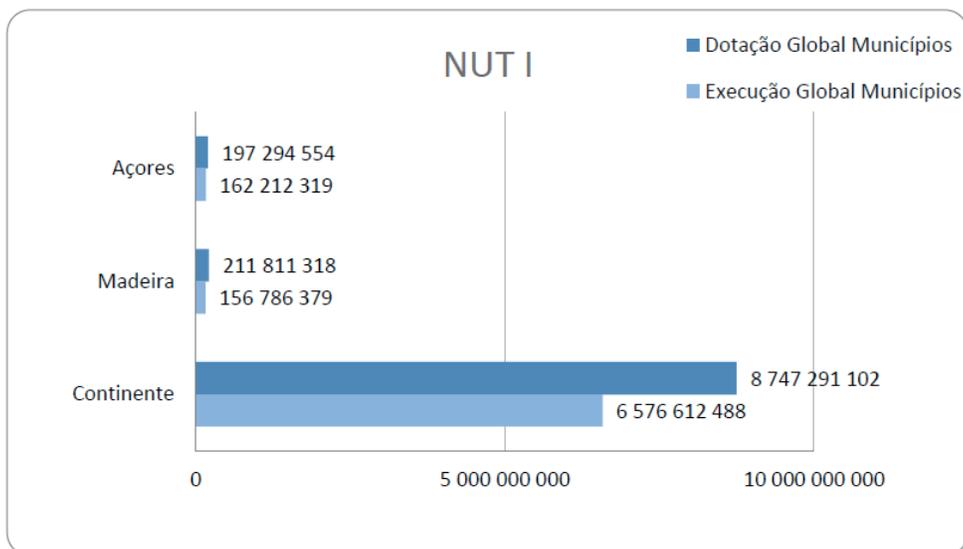


Figura 2 - Dotação e Execução Global dos Municípios na NUT I

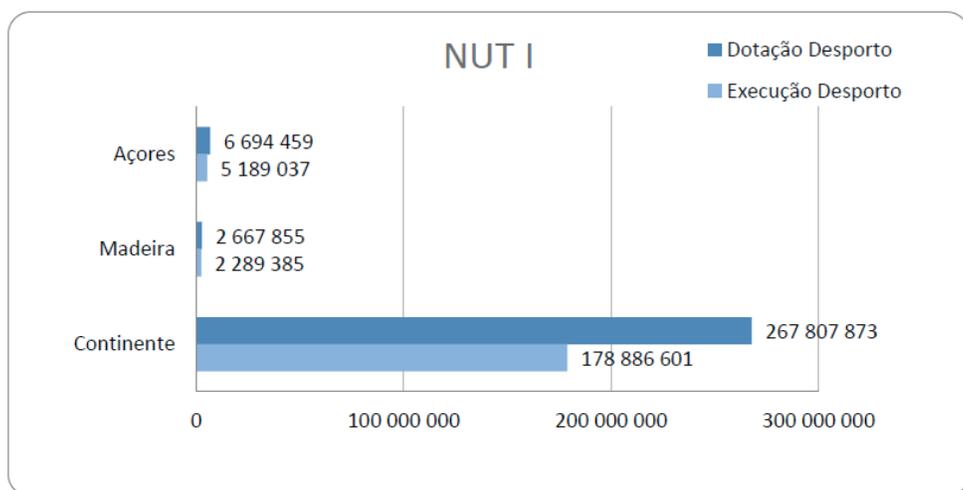


Figura 3 - Dotação e Execução na função Desporto dos Municípios na NUT I

Através da análise do conjunto dos municípios pela NUT I, verificamos que a unidade continente é a que apresenta valores absolutos mais significativos, em todos os campos, logicamente pela dimensão do seu grupo.

A partir dos valores absolutos da Figura 1 e da Figura 2, conseguimos extrair rácios importantes, que a seguir se explicam.

NUTS I



Unidades	% Dotação Desporto / Dotação Global
Açores	3,39%
Continente	3,06%
Madeira	1,26%

Quadro 1 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global NUT I

Figura 4 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global NUT I

No que se refere ao peso que a dotação desporto tem sobre a dotação global dos orçamentos municipais (Quadro 1), verificamos que é no conjunto dos municípios que compõem a Região Autónoma dos Açores (Figura 4) que apresenta valor mais elevado (3,39%), sendo o conjunto dos municípios que compõem a Região Autónoma da Madeira o que apresenta valor mais baixo (1,26%).

NUTS I



Unidades	% Execução Desporto / Execução Global
Açores	3,20%
Continente	2,72%
Madeira	1,46%

Quadro 2 - Execução Desporto (%) / Execução Global NUT

Figura 5 - Execução Desporto (%) / Execução Global NUT I

Igualmente, no peso da execução do desporto sobre a execução global (Quadro 2), é a Região Autónoma dos Açores (Figura 5) que apresenta o valor mais elevado (3,20%, e a Região Autónoma da Madeira apresenta o valor mais baixo (1,46%).



Quadro 3 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT I

Figura 6 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT I

Já no rácio da execução orçamental da rubrica desporto (Quadro 3), a unidade que apresenta valor mais elevado é a Região Autónoma da Madeira (Figura 6) com 85,81%, e a unidade Continente apresenta o valor mais baixo com 66,80%.

Através desta análise dos rácios da % da Dotação Desporto /Dotação Global, da % da Execução Desporto /Execução Global, e a % Execução Orçamental Rubrica Desporto constatamos que: quer seja a Região Autónoma dos Açores ou a unidade Continente, apesar do conjunto dos seus municípios apresentarem mais peso orçamental na rubrica desporto em termos de dotação e em execução, não é indicativo de que tenham uma taxa de execução orçamental na rubrica desporto elevada. Tal é demonstrado nos dados da Região Autónoma da Madeira, em que peso orçamental na rubrica desporto na dotação e execução de 1,26% e 1,46% (valores mais baixos comparativamente aos restantes), respetivamente, no entanto, apresenta uma taxa de execução da rubrica desporto de 85,81%, contrastante com os 77,51% na Região Autónoma dos Açores, e os 66,80% no Continente.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT II

Em segundo lugar, apresentamos os resultados, dos municípios, agrupados na NUT II (Figura 7). A NUT II é agrupada em 7 regiões: cinco no território continental (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



Figura 7 - NUT II

Os valores absolutos dos municípios agrupados na NUT II (apresentados no capítulo dos Anexos): Região Norte foram contabilizados 68 municípios, estando 18 em falta; na Região Centro foram contabilizados 87 municípios, estando em falta 13; na Área Metropolitana de Lisboa foram contabilizados 12 municípios, estando em falta 6; na Região do Alentejo foram contabilizados 48 municípios e ficaram em falta 10; na Região do Algarve contabilizou-se 12 municípios e ficaram em falta 4; a Região Autónoma da Madeira 7 municípios foram contabilizados e 4 em falta; e na Região Autónoma dos Açores foram contabilizados 16 municípios e ficaram em falta 3. Apresentamos de seguida os dados recolhidos (valores absolutos) agrupados pela NUT II (Figura 8 e Figura 9).

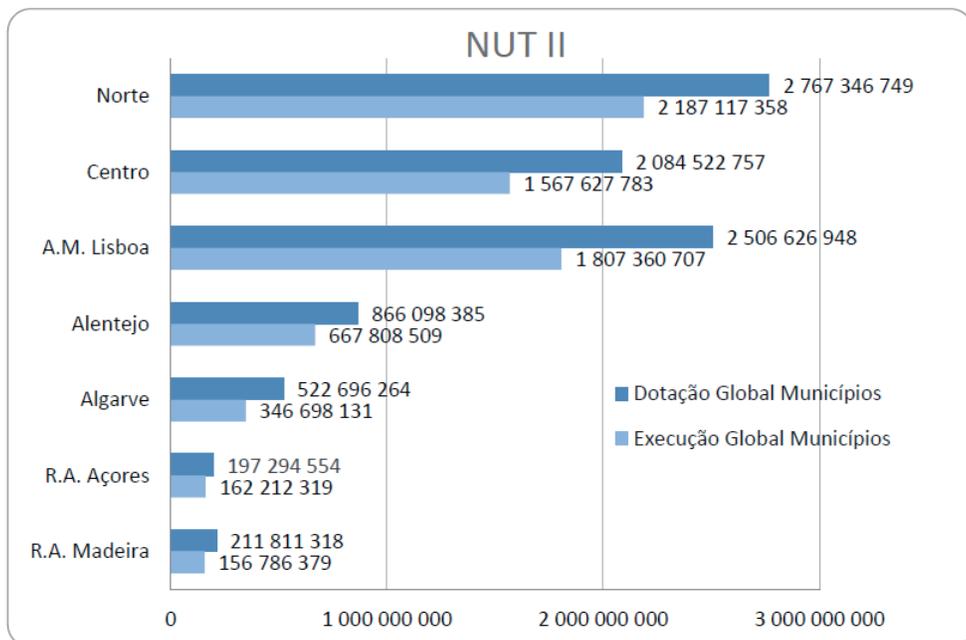


Figura 8 - Dotação e Execução Global dos Municípios na NUT II

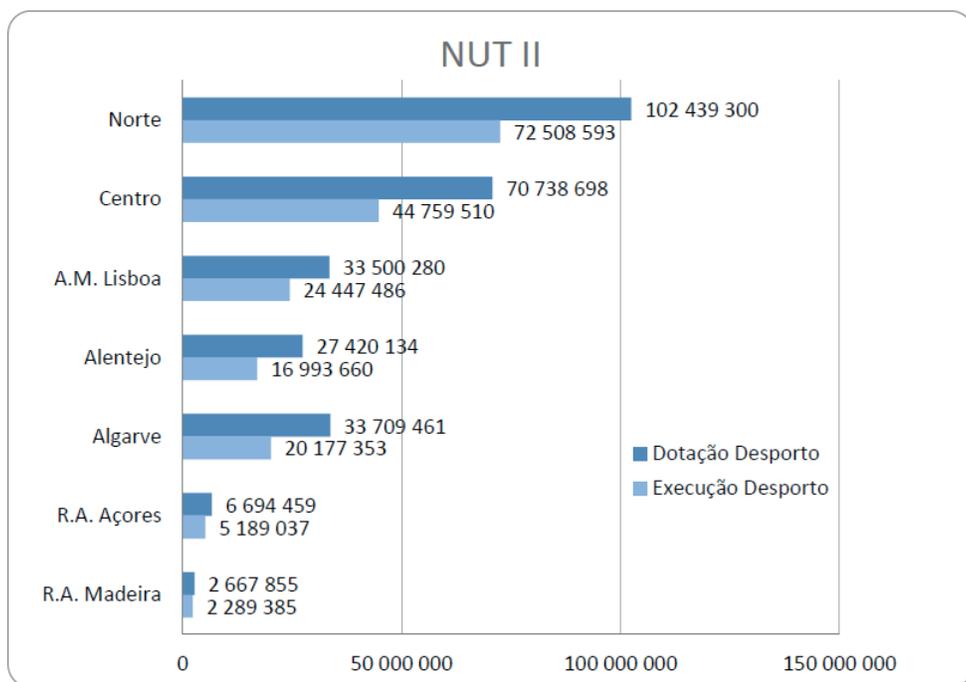


Figura 9 - Dotação e Execução da função Desporto dos Municípios na NUT II

Através da análise do conjunto dos municípios pela NUT II, verificamos que a Região Norte é a que tem valores absolutos mais elevados no nível de Dotação Global Municipal (2.767.346.749 €), de Execução Global Municipal (2.187.117.358 €), de Dotação na função Desporto (102.439.300 €), e também, de Execução na função Desporto (72.508.593 €).

A partir dos valores absolutos da Figura 8 e da Figura 9, continuámos a conseguir extrair os mesmos rácios, que a seguir se explicam.

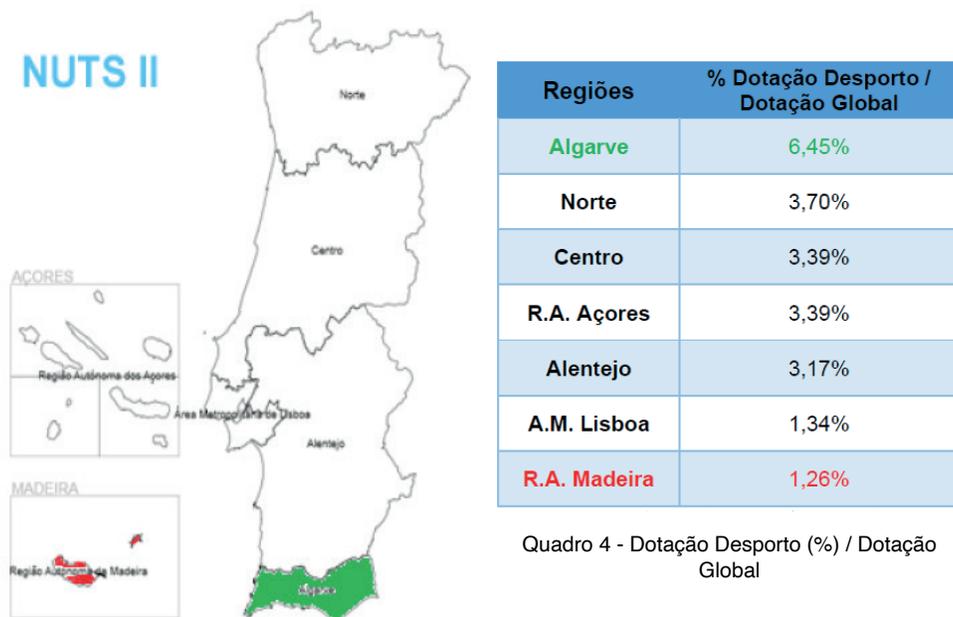


Figura 10 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global NUT II

No que se refere ao peso que a dotação desporto tem sobre a dotação global dos orçamentos municipais (Quadro 4), verificamos que é no conjunto dos municípios que compõem a região do Algarve (Figura 10) que apresenta valor mais elevado (6,45%), sendo a Região Autónoma da Madeira que apresenta valor mais baixo (1,26%).

Considera-se fraca a “aposta” no desporto, em todas as regiões que compõem a NUT II (< 10%).

NUTS II



Figura 11 - Execução Desporto (%) / Execução Global NUT II

Regiões	% Execução Desporto / Execução Global
Algarve	5,82%
Norte	3,32%
R.A. Açores	3,20%
Centro	2,86%
Alentejo	2,54%
R.A. Madeira	1,46%
A.M. Lisboa	1,35%

Quadro 5 - Execução Desporto (%) / Execução Global

Igualmente, no peso da execução do desporto sobre a execução global (Quadro 5), continua a ser a região do Algarve (Figura 11) a que apresenta valor mais elevado (5,82%), sendo a região da Área Metropolitana de Lisboa a que apresenta valor mais baixo (1,35%).

NUTS II



Figura 12 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT II

Regiões	% Execução Orçamental Rúbrica Desporto
R.A. Madeira	85,81%
R.A. Açores	77,51%
A.M. Lisboa	72,98%
Norte	70,78%
Centro	63,27%
Alentejo	61,98%
Algarve	59,86%

Quadro 6 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT II

Já no rácio da execução orçamental da rubrica desporto (Quadro 6), surge a Região Autónoma da Madeira (Figura 12) a que apresenta valor mais elevado (85,81%), e a região do Algarve, que anteriormente surgia no 1º lugar na % de dotação e execução, apresenta o valor mais baixo (59,86%).

Através desta análise verificamos que as regiões que têm uma maior taxa de execução orçamental da rubrica desporto, são aquelas que apresentam uma dotação orçamental mais próxima da realidade do que pretendem executar, nomeadamente, a Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma dos Açores, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Norte.

Relativamente ao Alentejo e Algarve, a taxa de execução orçamental da rubrica desporto é mais baixa porque não foi executado tudo o que estava previsto em orçamento, pois quanto mais elevada é o valor de dotação da função desporto e menor a execução da mesma função, mais baixa será a taxa de execução orçamental da rubrica desporto.

No entanto, nesta análise destacam-se as regiões do Algarve e da Madeira, que mantêm a tendência analisada na NUT I. Ou seja:

- % dotação desporto / dotação global – elevada; % execução desporto / execução global – elevada; % execução orçamental da rubrica desporto – baixa (tendência verificada na região do Algarve);
- % dotação desporto / dotação global – baixa; % execução desporto / execução global – baixa; % execução orçamental da rubrica desporto – elevada (tendência verificada na região da Madeira).

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: NUT III

Em terceiro lugar, apresentamos os resultados, dos municípios, agrupados na NUT III (Figura 13). Como referido anteriormente a NUT III é agrupada em 25 sub-regiões: 23 no território continental e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



Figura 13 - NUT III

Os valores absolutos dos municípios agrupados na NUT III (Figura 14 e Figura 15): Alto Minho contabilizou-se 9 Municípios e ficou em falta apenas 1; Cávado foram contabilizados os 6 Municípios pertencentes a esta sub-região; Ave foram contabilizados 5 Municípios, estando em falta 3; Área Metropolitana do Porto foram contabilizados 13 Municípios e 4 estão em falta; Alto Tâmega foram contabilizados os 6 Municípios pertencentes a esta sub-região; Tâmega e Sousa contabilizou-se 9 Municípios, estando em falta 2; Douro foram contabilizados 12 Municípios, estando em falta 7; Terras de Trás-os-Montes foram contabilizados 8 Municípios, estando em falta apenas 1; Oeste foram contabilizados 11 Municípios, estando em falta apenas 1; Aveiro contabilizou-se os 11 Municípios pertencentes a esta sub-região; Coimbra contabilizou-se 16 Municípios e 3 estão em falta; Leiria contabilizou-se 11 Municípios, estando em falta apenas 1; Viseu Dão-Lafões contabilizou-se os 14 Municípios pertencentes a esta sub-região; Beira Baixa contabilizou-se 4 Municípios, estando em falta 2; Médio Tejo contabilizou-se 11 Municípios, estando em falta 2; Beiras e Serra da Estrela contabilizou-se 11 Municípios, estando em falta 4; Área Metropolitana de Lisboa contabilizou-se 12 Municípios, estando em falta 6; Alentejo Litoral contabilizou-se 4 Municípios, estando em falta apenas 1; Baixo Alentejo contabilizou-se 10 Municípios, estando em falta 3; Lezíria do Tejo contabilizou-se 10 Municípios, estando em falta, apenas, 1; Alto Alentejo contabilizou-se 14 Municípios, estando em falta, apenas, 1; Alentejo Central contabilizou-se 10 Municípios, estando em falta 4; Algarve contabilizou-se 12 Municípios, estando em falta 4; Região Autónoma da Madeira contabilizou-se 7 Municípios, estando em falta 4; Região Autónoma dos Açores contabilizou-se 16 Municípios e ficaram em falta 3.

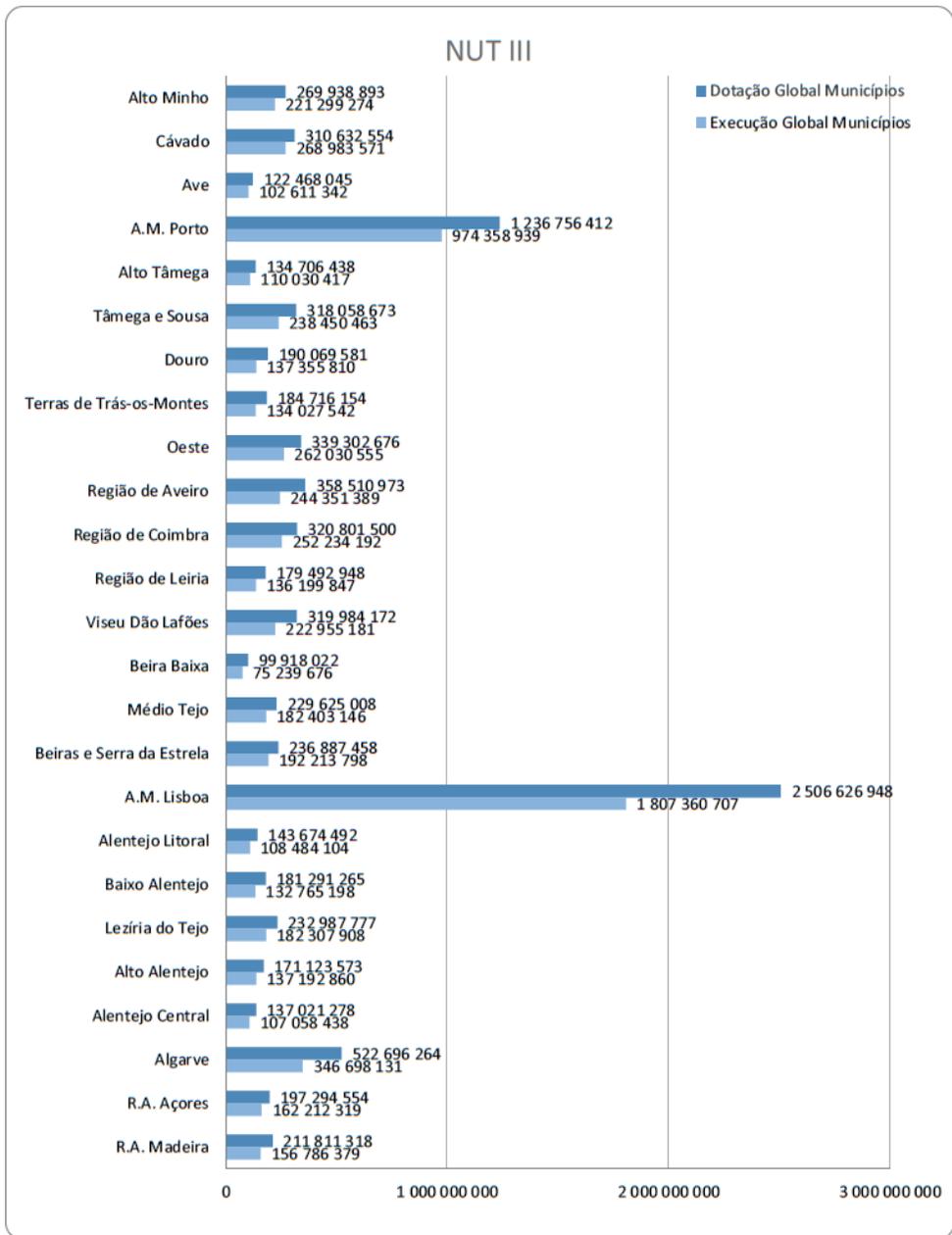


Figura 14 - Dotação e Execução Global dos Municípios na NUT III

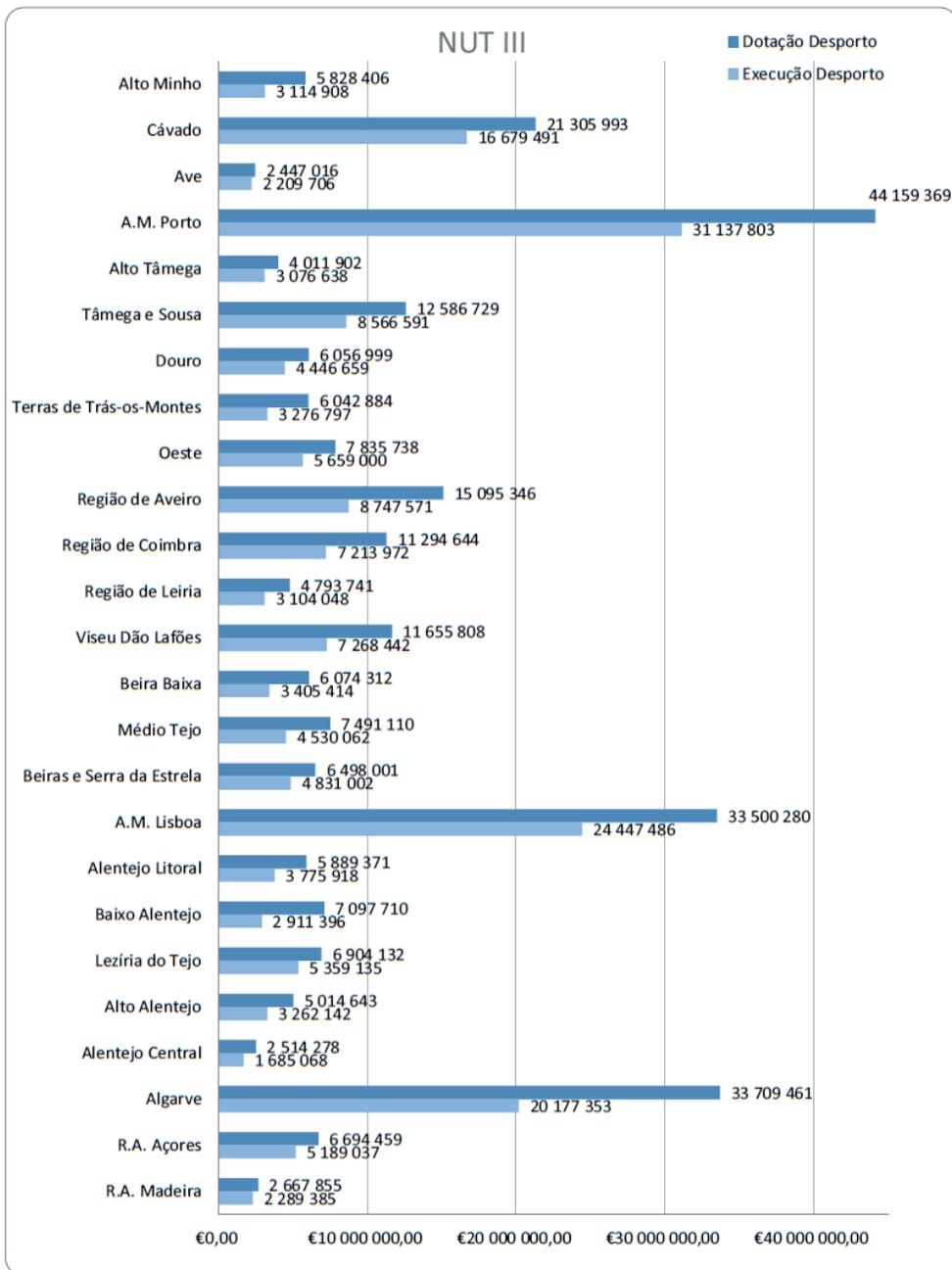


Figura 15 - Dotação e Execução na função Desporto dos Municípios na NUT III

Através da análise do conjunto dos municípios pela NUT III, verificamos que a sub-região da Área Metropolitana de Lisboa é a que apresenta valores absolutos mais elevados no nível de Dotação Global Municipal (2.506.626.948 €) e de Execução Global Municipal (1.807.360.707 €). Sendo a sub-região da Área Metropolitana do Porto que apresenta valores absolutos mais elevados, ao nível da Dotação Desporto (44.159.369 €) e Execução Desporto (31.137.803 €).



Figura 16 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global NUT III

Sub-Região	% Dotação Desporto / Dotação Global
Cávado	6,86%
Algarve	6,45%
Beira Baixa	6,08%
Região de Aveiro	4,21%
Alentejo Litoral	4,10%
Tâmega e Sousa	3,96%
Baixo Alentejo	3,92%
Viseu Dão Lafões	3,64%
A.M. Porto	3,57%
Região de Coimbra	3,52%
R.A. Açores	3,39%
Terras de Trás-os-Montes	3,27%
Médio Tejo	3,26%
Douro	3,19%
Alto Tâmega	2,98%
Lezíria do Tejo	2,96%
Alto Alentejo	2,93%
Beiras e Serra da Estrela	2,74%
Região de Leiria	2,67%
Oeste	2,31%
Alto Minho	2,16%
Ave	2,00%
Alentejo Central	1,83%
A.M. Lisboa	1,34%
R.A. Madeira	1,26%

Quadro 7 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global NUT III

Analisados os dados, verificamos no que se refere ao peso que a dotação desporto sobre a dotação global dos orçamentos municipais (Quadro 7), que a taxa de dotação desporto / dotação global, não excede os 7%. É no conjunto dos municípios (Figura 16) que compõem a região do sub-região do Cávado que apresenta valor mais elevado (6,86%), sendo, novamente, a Região Autónoma da Madeira que apresenta valor mais baixo (1,26%).



Figura 17 - Execução Desporto (%) / Execução Global NUT III

Sub-Região	% Execução Desporto / Execução Global
Cávado	6,20%
Algarve	5,82%
Beira Baixa	4,53%
Tâmega e Sousa	3,59%
Região de Aveiro	3,58%
Alentejo Litoral	3,48%
Viseu Dão Lafões	3,26%
Douro	3,24%
R.A. Açores	3,20%
A.M. Porto	3,20%
Lezíria do Tejo	2,94%
Região de Coimbra	2,86%
Alto Tâmega	2,80%
Beiras e Serra da Estrela	2,51%
Médio Tejo	2,48%
Terras de Trás-os-Montes	2,44%
Alto Alentejo	2,38%
Região de Leiria	2,28%
Baixo Alentejo	2,19%
Oeste	2,16%
Ave	2,15%
Alentejo Central	1,57%
R.A. Madeira	1,46%
Alto Minho	1,41%
A.M. Lisboa	1,35%

Quadro 8 - Execução Desporto (%) / Execução Global NUT III

Igualmente, no peso da execução do desporto sobre a execução global (Quadro 8), continua a ser a sub-região do Cávado a que apresenta valor mais elevado referente a 6,20%, sendo a região da Área Metropolitana de Lisboa a que apresenta valor mais baixo (1,35%) (Figura 17).

NUTS III



Figura 18 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT III

Sub-Região	% Execução Orçamental Rúbrica Desporto
Ave	90,30%
R.A. Madeira	85,81%
Cávado	78,29%
Lezíria do Tejo	77,62%
R.A. Açores	77,51%
Alto Tâmega	76,69%
Beiras e Serra da Estrela	74,35%
Douro	73,41%
A.M. Lisboa	72,98%
Oeste	72,22%
A.M. Porto	70,51%
Tâmega e Sousa	68,06%
Alentejo Central	67,02%
Alto Alentejo	65,05%
Região de Leiria	64,75%
Alentejo Litoral	64,11%
Região de Coimbra	63,87%
Viseu Dão Lafões	62,36%
Médio Tejo	60,47%
Algarve	59,86%
Região de Aveiro	57,95%
Beira Baixa	56,06%
Terras de Trás-os-Montes	54,23%
Alto Minho	53,44%
Baixo Alentejo	41,02%

Quadro 9 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) NUT III

No rácio da execução orçamental da rubrica desporto (Quadro 9), surge a sub-região de Ave que apresenta valor mais elevado (90,30%), e sub-região do Baixo Alentejo apresenta o valor mais baixo (41,02%) (Figura 18).

Através da análise dos rácios constatamos que o aumento de % em termos de execução orçamental da rubrica desporto depende, exclusivamente, da dotação orçamental. Quanto mais real for a dotação orçamental, maior será a sua taxa de execução.

Neste sentido, verificamos que na taxa de dotação desporto / dotação global, 56% das sub-regiões apresentam taxas superiores a 3%, e apenas duas apresentam taxas superiores a 5%.

Na taxa de execução desporto / execução global, 40% das sub-regiões apresentam um valor superior a 3%, e apenas duas sub-regiões apresentam taxas superiores a 5% (Cávado e Algarve).

Por fim, na taxa de execução orçamental da rubrica desporto, constatamos que 44% das sub-regiões analisadas tem uma taxa de execução orçamental da rubrica desporto superior a 70%, e apenas duas sub-regiões apresentam taxas superiores a 85% (Madeira – 85,81% e Ave – 90,30%). Também verificamos que 52% das sub-regiões apresenta uma taxa de execução entre 70% e 80%, esta baixa taxa de execução, explica-se com o facto de que estes municípios agrupados nas sub-regiões dotam a rubrica desporto para além das possibilidades de execução municipais, ou seja, existe instrução de beneficiar a área desporto, mas a sua concretização não se verifica, resultando em taxas de execução baixas.

4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: MUNICÍPIOS

Por fim, os Municípios. São 308 Municípios (Figura 19). No Continente 278, na Região Autónoma da Madeira 11 e na Região Autónoma dos Açores 19.



Figura 19 - Distribuição Geográfica dos Municípios Portugueses

Os valores absolutos dos municípios agrupados por Municípios. Foram contabilizados 250 Municípios, estando em falta 58. Então, apresentamos os dados recolhidos, por Municípios, e os respetivos rácios.

	Municípios	Dotação Global Município	Municípios	Execução Global Município
5 +	Lisboa	1 291 183 000,00	Lisboa	820 123 000,00
	Porto	287 815 362,00	Porto	239 375 230,00
	Sintra	213 087 867,00	Oeiras	162 557 687,44
	Oeiras	201 054 411,31	Sintra	157 445 555,00
	Vila Nova de Gaia	188 761 111,24	Vila Nova de Gaia	139 542 318,97

5 -	Santa Cruz da Graciosa	5 850 712,83	São Roque do Pico	4 523 239,70
	Santa Cruz das Flores	5 675 420,37	Santa Cruz da Graciosa	4 343 258,58
	São Roque do Pico	5 567 330,23	Lajes das Flores	3 652 181,93
	Lajes das Flores	4 733 570,39	Santa Cruz das Flores	2 654 520,51
	Corvo	2 346 677,00	Corvo	1 941 262,95

Quadro 10 - Dotação e Execução Global dos Municípios

	Municípios	Dotação Desporto	Municípios	Execução Desporto
5 +	Braga	15 269 213,00	Braga	13 466 353,63
	Vila Nova de Gaia	10 047 760,00	Matosinhos	7 029 269,45
	Matosinhos	9 690 564,19	Porto	6 320 817,31
	Albufeira	8 113 395,00	Vila Nova de Gaia	5 859 023,67
	Lisboa	7 624 688,00	Portimão	5 323 556,00

5 -	São Roque do Pico	20 357,00	Alandroal	6 642,00
	Mesão-Frio	17 750,00	Murça	6 520,27
	Vila do Bispo	14 000,00	Celorico da Beira	3 732,27
	Celorico da Beira	8 776,00	Vila do Bispo	3 428,06
	Alandroal	6 644,00	Lajes das Flores	2 901,00

Quadro 11 - Dotação e Execução na função Desporto dos Municípios

Através da análise dos dados por Município, verificamos que o Município de Lisboa é o que apresenta valores absolutos (Quadro 10) mais elevados no nível de Dotação Global Municipal (1.291.183.000,00 €) e de Execução Global Municipal (820.123.000,00). Ao nível da Dotação Desporto e Execução Desporto (Quadro 11) é o Município de Braga o que apresenta valores absolutos mais elevados (15.269.213,00 € e 13.466.353,63 €, respetivamente).

Município	% Dotação Desporto / Dotação Global
Pinhel	15,55%
Santa Cruz das Flores	12,71%
Braga	11,82%
Faro	11,47%
Penamacor	11,31%
Torre de Moncorvo	10,94%
Olhão	9,78%
Abrantes	9,58%
Portimão	8,28%
Paços de Ferreira	7,89%
...	...
Sabrosa	0,30%
Monte Mor o Novo	0,29%
Figueiró dos Vinhos	0,26%
Santa Comba Dão	0,26%
Amadora	0,24%
Mesão-Frio	0,24%
Santa Cruz	0,23%
Vila do Bispo	0,09%
Celorico da Beira	0,08%
Alandroal	0,05%

Quadro 12 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global - Municípios



Figura 20 - Dotação Desporto (%) / Dotação Global - Municípios

No que se refere ao peso que a dotação desporto sobre a dotação global dos orçamentos municipais (Quadro 12), verificamos que é o Município de Pinhel que apresenta valor mais elevado (15,55%), sendo, o Município de Alandroal o que apresenta valor mais baixo (0,05%) (Figura 20).

Município	% Execução Desporto / Execução Global
Pinhel	15,91%
Braga	11,89%
Faro	11,63%
Torre de Moncorvo	10,89%
Portimão	9,63%
Santana	8,50%
Paços de Ferreira	7,95%
Santa Cruz das Flores	7,89%
Estarreja	7,37%
Abrantes	7,32%
...	...
Fundão	0,21%
Amadora	0,16%
Viana do Alentejo	0,14%
Alter do Chão	0,11%
Cartaxo	0,10%
Murça	0,09%
Lajes das Flores	0,08%
Alandroal	0,06%
Celorico da Beira	0,04%
Vila do Bispo	0,03%

Quadro 13 - Execução Desporto (%) / Execução Global - Municípios



Figura 21 - Execução Desporto (%) / Execução Global - Municípios

No rácio do peso da execução do desporto sobre a execução global (Quadro 13), continua a ser o Município de Pinhel o que apresenta valor mais elevado (15,91%), sendo o Município de Vila do Bispo, o que apresenta valor mais baixo (0,03%) (Figura 21).

Município	% Execução Orçamental Rubrica Desporto
Alandroal	99,97%
Vila Nova de Paiva	99,94%
Fafe	99,73%
Monção	99,17%
Oliveira do Hospital	98,33%
Alpiarça	98,25%
Ribeira Grande	98,04%
Vila Pouca de Aguiar	97,27%
Fornos de Algodres	96,88%
Fronteira	96,73%
...	...
Sever do Vouga	20,81%
Penamacor	19,98%
Carregal do Sal	19,36%
Ponte da Barca	17,75%
Lajes das Flores	13,91%
Cartaxo	12,28%
Ferreira do Alentejo	5,88%
Nisa	5,10%
Murça	3,24%
Alter do Chão	2,36%



Figura 22 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) - Municípios

Quadro 14 - Execução Orçamental Rúbrica Desporto (%) - Municípios

No rácio da execução orçamental da rubrica desporto (Quadro 14), surge o Município de Alandroal que apresenta valor mais elevado (99,97%), e o Município de Alter do Chão apresenta o valor mais baixo (2,36%) (Figura 22).

Através desta análise verificamos, uma vez mais, que o aumento de % em termos de execução orçamental da rubrica desporto depende, do quão mais real for a dotação orçamental, maior será a taxa de execução.

Verificamos que na taxa de dotação desporto / dotação global, 18% (44 municípios) apresentam taxas superiores a 5%, e 15% (38 municípios) apresentam taxas inferiores a 1%.

Já na taxa de execução desporto/execução global, 12% (30 municípios) apresentam um valor superior a 5%, e 23% (57 municípios) apresentam taxas inferiores a 1%.

Por fim, na taxa de execução orçamental da rubrica desporto, constatamos que 18% dos municípios analisados tem uma taxa de execução orçamental da rubrica desporto superior a 90%, e apenas 3% apresentam taxas inferiores a 20%.

4.4.1 Teste *Kruskal-Wallis*

Para verificar se existiam diferenças nas variáveis em estudo (i.e., na dotação global município, na execução global município, na dotação desporto e na execução desporto), em função dos grupos (Açores, Madeira e Continente), recorreu-se ao teste *Kruskal-Wallis*. Os resultados encontram-se sistematizados na Tabela 1.

	Média			<i>Kruskal-Wallis H</i>	<i>p</i>
	Açores	Madeira	Continente		
<i>Dotação Global Municípios</i>	12 330 909.65	30 258 759.69	38 534 322.04	20	.00
<i>Execução Global Municípios</i>	10 138 269.95	22 398 054.18	28 971 861.18	18	.00
<i>Dotação Desporto</i>	418 403.70	381 122.16	1 179 770.37	9	.01
<i>Execução Desporto</i>	324 314.80	327 054.95	788 046.70	6	.06

Tabela 1 - Teste *Kruskal-Wallis*

Usamos o valor do $p=.05$. para comparar as diferenças com os grupos: Dotação Global Municípios, Execução Global Municípios, Dotação Desporto e Execução Desporto. Quando o valor p é inferior a $.05$. constatamos que existem diferenças estatisticamente significativas nos grupos.

Observou-se que o Continente apresenta valores superiores, seguido da Madeira e Açores no que diz respeito a dotação global municípios, a execução global municípios, e a dotação desporto.

Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas ao nível da dotação global municípios, $H=20$, $p=.00$, da execução global municípios, $H=18$, $p=.00$, e da dotação desporto, $H=9$, $p=.01$.

Os valores da média dos Açores, Madeira e Continente no que respeita à Execução Desporto são distintos, no entanto, ao recorrer a este teste, podemos afirmar que as diferenças observadas não são estatisticamente significativas entre os grupos (Açores, Madeira e Continente), porque o $p=.06$ é superior ao $p=.05$.

4.4.2 Teste *Spearman*

Com o objetivo de verificar as associações entre a dotação global municípios, a execução global municípios, a dotação desporto e execução desporto recorreu-se ao coeficiente de correlação de *Spearman*. Os resultados encontram-se sistematizados na Tabela 2.

	Dotação Global Município	Execução Global Município	Dotação Desporto	Execução Desporto
<i>Dotação Global Município</i>	1			
<i>Execução Global Município</i>	.98**	1		
<i>Dotação Desporto</i>	.73**	.71**	1	
<i>Execução Desporto</i>	.71**	.72**	.93**	1

Tabela 2 - Teste Spearman

De igual forma observou-se uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a dotação global municípios e a execução global municípios, $rs=.98$; $p=.00$, com a dotação desporto, $rs=.73$; $p=.00$ e com a execução desporto, $rs=.71$; $p=.00$. Este resultado mostra que a dotação global municípios está positivamente associada a execução global municípios, a dotação desporto e a execução desporto.

Verificou-se, também que a execução global municípios está positivamente correlacionada, quer com a dotação desporto, $rs=.71$; $p=.00$, quer com a execução desporto, $rs=.72$; $p=.00$. Estes resultados mostram que a execução global dos municípios está positivamente associada a dotação desporto e a execução desporto. Observou-se, ainda, uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a dotação desporto e a execução desporto, $rs=.93$; $p=.00$. Este resultado mostra que a dotação desporto está positivamente associada a execução desporto.

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar quais os níveis de financiamento dos Municípios portugueses para o desenvolvimento desportivo local. Deste modo foram recolhidos dados referentes a 250 municípios.

Para responder a este objetivo geral foram pesquisadas questões secundárias que seguidamente se respondem.

À questão “Todos os municípios dispõem de dotação orçamental para o desporto?” confirmou-se que, dos 250 em estudo, sim. Verificou-se que o Município de Lisboa é o que apresenta valores absolutos mais elevados no nível de Dotação Global Municipal, seguindo-se Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Albufeira e Lisboa. Ao invés, em último lugar, é o município do Alandroal, que dispõe de menor dotação orçamental para o desporto, seguindo-se por ordem crescente, Celorico da Beira, Vila do Bispo, Mesão-Frio e São Roque do Pico. Como refere Teixeira (2019), a intervenção das autarquias locais e dos eleitos locais tem um enorme efeito no desenvolvimento do desporto e na gestão do desporto.

Neste sentido, os resultados relativos a Lisboa podem dever-se ao facto de estar associado ao município de Lisboa, em 2019, os valores mais elevados do país no que diz respeito às receitas, tendo maior margem para investir na área do Desporto (Pordata, 2022). Relativamente às autarquias com menor dotação orçamental para o desporto, importa referir Pereira (2012) que salienta como é insubstituível o papel das autarquias locais no desenvolvimento do desporto, tal o seu significado e dimensão atingidos no panorama do desenvolvimento desportivo nacional.

Depois, à questão “Qual o peso percentual, de cada Município, da dotação orçamental da função Desporto na dotação orçamental global do Município?” verificou-se que é o Município de Pinhel que apresenta valor mais elevado (15,55%), sendo, o Município de Alandroal o que apresenta valor mais baixo (0,05%).

A verdade é que cada município deve partir da realidade local de modo que a política desportiva municipal se erga sob formas de ação sobre a base de uma conceção moderna e humanizadora (Mestre; Sesinando; Teixeira, 2023), mas cada autarquia, ao criar estratégias de intervenção desportiva no seu contexto local, está efetivamente a criar condições muito importantes de prática desportiva para toda a população do seu município.

Quando analisados os dados sobre “Qual é o Município com mais ou menos dotação na função Desporto?” obteve-se que é o Município de Braga o que apresenta valores absolutos mais elevados (15.269.213,00 € e 13.466.353,63 €, respetivamente) e em último lugar o município do Alandroal (6644€).

Neste sentido, importa salientar que a atividade física, atualmente, é vista como um comportamento determinante da saúde e da capacidade funcional (Nery; Teixeira, 2024). É reconhecido que atividade física, a saúde e a qualidade de vida estão intimamente relacionadas entre si (Comissão Europeia, 2008). A atividade física diária é vista com um

elemento fundamental para o crescimento e desenvolvimento motor saudável das crianças (Teixeira; Correia, 2009).

A relação entre um estilo de vida ativo e o risco de doença ou morte é de valorizar. Esta relação tem ajudado a compreender a importância da prática regular de atividade física para a saúde (Sesinando; Urbaneja; Teixeira, 2022). De facto, Marques (2010) refere que a atividade física tem influência na prevenção e tratamento de doenças, nomeadamente, das crónico-degenerativas, das cardiovasculares, oncogénicas, da diabetes *mellitus* tipo dois e claro, da obesidade.

Segundo Brito, Sesinando e Teixeira (2023), também que uma vida ativa tem benefícios sociais e psicológicos, e que alterações morfológicas e funcionais que ocorrerem devido à atividade física regular podem adiar ou evitar doenças, melhorar a aptidão física e promover um incremento da esperança média de vida. Assim, apesar de os municípios poderem contar com um maior investimento na área do desporto, vão reduzir, futuramente, despesas com a saúde por exemplo.

A quarta questão, “Qual é o Município com mais ou menos peso percentual na dotação orçamental da função Desporto na execução global do município? Permitiu entender que é o Município de Pinhel que apresenta valor mais elevado (15,91%), sendo, o Município de Vila do Bispo o que apresenta valor mais baixo (0,03%).

Por fim, sobre se “existe relação entre as variáveis Dotação Desporto vs. Execução Desporto?” verificou-se que o aumento de % em termos de execução orçamental da rubrica desporto depende, do quão mais real for a dotação orçamental, maior será a taxa de execução. Através do teste de *Spearman*. comprovou-se que as variáveis Dotação Desporto e Execução desporto estão relacionadas entre si, ou seja, quanto mais elevado for o valor absoluto da Dotação Desporto, maior será a Execução Desporto.

Contudo, não só é importante responder às questões que nos propusemos dar resposta, inicialmente. É crucial dar resposta aos resultados obtidos deste estudo.

Como se explica o destaque da região Norte? O desporto é um fator de valorização humana, que tem como objetivo desenvolver a integração social dos cidadãos, presumindo uma relação e cooperação com diversos setores, tais como a educação, saúde, cultura e economia. Na região Norte não há desculpas para não praticar desporto. Apenas é preciso ter acesso à internet para encontrar toda a oferta desportiva da cidade do Porto na nova plataforma Desporto365.

Está lá tudo: desde a mais pequena associação aos clubes maiores, uma longa lista de equipamentos (municipais e privados), as modalidades que se praticam no Porto, e até as atividades promovidas pelo Município. Além de permitir um acesso mais rápido e em qualquer lugar, a aplicação junta ainda funcionalidades como a georreferenciação do utilizador e a informação sobre os equipamentos desportivos que se encontram nas proximidades, através da realidade aumentada.

Com este exemplo demonstra-se que a região Norte se destaca na área do desporto. No que diz respeito ao IPDJ, a Direção Regional do Norte é a unidade orgânica do IPDJ à qual compete a implementação na região dos diferentes programas que consubstanciam as políticas governamentais nas áreas da juventude e do desporto, promovendo, também, iniciativas de âmbito regional e local em parceria com outras entidades públicas e privadas, tendo em vista a coesão territorial a promoção da participação social e cívica dos jovens e o desenvolvimento da atividade física e do desporto junto da população.

De olhos postos no futuro, contando com uma importante e qualificada rede de infraestruturas e equipamentos, de ensino e investigação, de ciência e tecnologia, culturais e desportivos, associativos e de recreação, a Região Norte vive de portas abertas para o mundo. A região possui uma intensa e diversificada atividade desenvolvida por milhares de clubes e associações desportivas, culturais, recreativas e sociais, juvenis e estudantis, e onde se promovem alguns dos mais importantes eventos nacionais e internacionais nas diferentes áreas setoriais. A sede da Direção Regional do Norte do IPDJ localiza-se no Porto, onde se encontra também a Casa do Desporto (modelo único em Portugal) e os serviços desconcentrados nos distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.

O que deverá um município efetuar para aumentar o financiamento ao desporto? Atendendo a que o financiamento ao desporto, através dos Municípios, vem das suas receitas (impostos, taxas e venda de bens e serviços) e das transferências anuais atribuídas nos Orçamentos de Estado (Dias, 2006), importa que se aumente a dotação orçamental, aumentando também a taxa de execução. Por exemplo, o Fundo de Equilíbrio Financeiro decorre do Orçamento de Estado e é atribuído à Câmaras, de acordo com a sua gestão e orientação política e destinam-se às diversas funções.

Um município, para aumentar o financiamento ao desporto, pode recorrer a diversas fontes de financiamento. O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) disponibiliza várias medidas de apoio e financiamento ao desporto, tais como Contratos de Desenvolvimento Desportivo, Apoio financeiro ao Desporto Federado, Programa Nacional de Desporto para Todos, Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas e Programa de Apoio a Ações de Formação (PAAF). Igualmente, os fundos comunitários desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do desporto em vários municípios para a implementação de projetos desportivos, infraestruturas desportivas, programas de treino e eventos desportivos.

Porque das 52% das sub-regiões apresentam uma taxa de execução entre 70% e 80%? Estas baixas taxas de execução, explicam-se com o facto de que estes municípios agrupados nas sub-regiões, alocam verbas na rubrica desporto para além das suas possibilidades de execução municipais, ou seja, existe instrução de beneficiar a área de desporto, mas a sua concretização e execução não se verifica, resultando taxas baixas.

Existe homogeneidade na repartição dos fundos ao desporto? Não existe homogeneidade de repartição de fundos ao desporto pelos Municípios, ou seja, cada

município atribui o peso ao desporto que pretende. Esta situação é preocupante, porque no estudo verifica-se que enquanto uns tem percentagens de execução de 99%, outros tem de 1%. Parece-nos claro a falta de medidas para haver a obrigatoriedade de fixar taxas mínimas de execução na função desporto e em outras funções municipais para não observarmos desequilíbrios entre municípios, sub-regiões e regiões.

O caminho a percorrer ainda é longo. Neste sentido, são vários os estudos que vão para além dos nossos resultados. Figueira e Teixeira (2021) que procuraram compreender as Políticas Públicas de Desporto no 1.º Ciclo do Ensino Básico formuladas pelos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Portugal), concluíram que os Municípios delegam maioritariamente esta responsabilidade noutras Entidades e que os programas são predominantemente avaliados como positivos, embora tenham sido identificadas lacunas a diferentes níveis (estrutural, logístico e humano).

Teixeira e Ribeiro (2016) referem que o caminho passa por políticas de crescimento que incluam: a promoção de uma demografia ativa, 2: priorização de áreas carentes, 3: investir nos fatores humanos, 4: aumentar os gastos com cultura e desporto, e 5: escolher preferencialmente um município com equipa de gestão independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONCLUSÕES

Este estudo científico, teve como base o levantamento, e posterior análise, de um conjunto de dados municipais, numa perspetiva financeira no período económico de 2019. Nesse sentido, e após concluir esta investigação, podemos concluir que:

1. Todos os municípios estudados aplicaram verbas ao desporto no decorrer do ano de 2019;
2. Não existe homogeneidade de repartição de fundos ao desporto pelos Municípios, ou seja, cada município atribui o peso ao desporto que pretende;
3. As 4 variáveis (Dotação Global Municipal, Execução Global Municipal, Dotação Desporto e Execução Desporto) retiradas dos relatórios contabilísticos dos municípios, estão positivamente correlacionadas. entre si, ou seja, existe correlação positiva em todas as variáveis. Então, a dotação global municípios está positivamente associada à execução global municípios, à dotação desporto e à execução desporto, ou seja, à medida que os orçamentos municipais são mais elevados: mais execução orçamental verificamos; mais verbas são alocadas ao desporto; e mais valores são gastos para o desporto. No mesmo sentido, a execução global dos municípios está correlacionada com a dotação do desporto e com a execução do desporto, isto é, quanto mais aumenta a execução global dos municípios: mais verbas são destinadas ao desporto, e haverá mais capacidade de execução para o desporto. Por fim, verificou-se a correlação positiva associada à dotação desporto e à execução do desporto, que significa, quanto mais elevado for a dotação do desporto, haverá uma maior execução nos respetivos orçamentos;
4. A dotação Global dos Municípios, Execução dos Municípios e Dotação Desporto, em função dos grupos Açores, Madeira e Continente, existem diferenças estatisticamente significativas, sendo no grupo “Continente” onde existem as maiores diferenças. Por outro lado, na variável Execução Desporto, em função dos grupos Açores, Madeira e Continente, não existem diferenças estatisticamente significativas;
5. A Região Norte é a que tem valores absolutos mais elevados no nível de Dotação Global Municipal (2.767.346.749 €), de Execução Global Municipal (2.187.117.358 €), de Dotação na função Desporto (102.439.300 €), e também, de Execução na função Desporto (72.508.593 €);
6. As regiões que têm uma maior taxa de execução orçamental da rubrica desporto, são aquelas que apresentam uma dotação orçamental mais próxima da realidade do que pretendem executar, nomeadamente, a Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma dos Açores, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Norte. Relativamente ao Alentejo e Algarve, a taxa de execução orçamental da rubrica desporto é mais baixa porque não foi executado tudo o que estava previsto em orçamento, pois quanto mais elevada é o valor de dotação da função desporto e menor a execução da mesma função, mais baixa será a taxa de execução orçamental da rubrica desporto;

7. Relativamente ao peso que a dotação desporto tem sobre a dotação global dos orçamentos municipais, que a taxa de dotação desporto / dotação global, não excede os 7%. É no conjunto dos municípios que compõem a região do sub-região do Cávado que apresenta valor mais elevado (6,86%), sendo, novamente, a Região Autónoma da Madeira que apresenta valor mais baixo (1,26%);
8. Através da análise dos rácios constatamos que o aumento de % em termos de execução orçamental da rubrica desporto depende, exclusivamente, da dotação orçamental. Quanto mais real for a dotação orçamental, maior será a sua taxa de execução;
9. A taxa de execução orçamental da rubrica desporto, 44% das sub-regiões analisadas tem uma taxa de execução orçamental da rubrica desporto superior a 70%, e apenas duas sub-regiões apresentam taxas superiores a 85% (Madeira – 85,81% e Ave – 90,30%). Também verificamos que 52% das sub-regiões apresenta uma taxa de execução entre 70% e 80%, esta baixa taxa de execução, explica-se com o facto de que estes municípios agrupados nas sub-regiões dotam a rubrica desporto para além das possibilidades de execução municipais, ou seja, existe instrução de beneficiar a área desporto, mas a sua concretização não se verifica, resultando em taxas de execução baixas.

6.2 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E TEÓRICAS

A realização deste estudo académico contribui para a área de investigação que procura perceber os níveis de financiamento desportivo, em diversos contextos: nacional, regiões, sub-regiões e municípios. Nesta área é possível encontrar alguma literatura, no entanto, esta investigação contribui para o desenvolvimento de mais investigações dentro desta temática.

Relativamente ao dever dos municípios em divulgarem informação administrativa e financeira, fica demonstrado que há lacunas nos reportes neste sistema.

Como observado no levantamento teórico, as políticas municipais relativamente ao desporto, são diversas, no entanto há que ressaltar as mais preponderantes: investimentos em infraestruturas desportivas, apoio a entidades promotoras da atividade desportiva e promoção de eventos desportivos. Por estas vias os municípios, podem (e devem) destinar verbas e cumprir os seus orçamentos iniciais perto da sua dotação inicial.

Com a realização deste trabalho parece notório que no panorama atual (% percentagem de execução da rubrica desporto) há verbas para serem executadas, não serem esquecidas, e alocadas em outras funções municipais. Para isso, a divulgação deste estudo e a sua extensão será determinante para o poder local constatar o que já foi feito, e o que não está a ser feito.

6.3 LIMITAÇÕES E EXTENSÃO DO ESTUDO

Os trabalhos académicos são de extrema importância para o estudo das realidades desportivas municipais, contudo, existe alguma resistência por parte dos municípios na disponibilização de dados e na divulgação de informações.

No decorrer da realização do estudo, foram encontradas algumas limitações:

1. A falta de informação, económico-financeira, de alguns municípios que proporcionou a sua não contabilização para o trabalho desenvolvido;
2. A burocracia e complexidade de alguns sites oficiais dos municípios em encontrar os separadores de reporte financeiro;
3. Não foi possível analisar um ano económico mais recente, o que pode originar que a realidade analisada seja diferente da realidade atual.

Em termos de investigações futuras nesta temática, seria importante efetuar um estudo mantendo os métodos e técnicas utilizadas, mas com uma amostra de todos os Municípios de Portugal. Portugal, ao longo do seu território, comporta 308 Municípios com dimensões, realidades e localizações distintas, e ter uma visão global de todos, era muito importante para vermos a realidade desportiva em Portugal.

Seria relevante comparar os níveis de financiamento com a posição geográfica dos Municípios. Será que é na zona costeira que se encontram os Municípios com níveis de financiamento ao desporto mais elevados? Ou será no interior?

Também seria pertinente correlacionar deste tipo de âmbito nacional, e comparar com a ideologia política dos executivos que gerem os Municípios. Será que os níveis de financiamento afetos ao desporto estão relacionados com a ideologia política?

Comparar com a densidade populacional e o PIB per capita, também seria extremamente importante. Será que encontramos níveis de financiamento ao desporto, mais elevados, em municípios com taxas de densidade populacional elevada? Será que o PIB per capita está relacionado?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Planeamento e programação de instalações desportivas municipais. *In*: BENTO, J; CONSTANTINO, J. (Coords.). **Desporto e Municípios: Políticas, práticas e programas**. Lisboa: Visão e Contextos, 2012, p. 147-173.
- BALEIRAS, R. **Finanças das Autarquias Locais**. *In*: FEUNL Working Paper Series No. 208. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- BARROS, C; TEIXEIRA, M. The Measurement of Efficiency in Sports Organizations. *In*: HUMPHREYS, B. R; HOWARD, D. R. (Eds.). **The Business of Sports**. California: Greenwood Publishing Group, 2008, p.129-145.
- BRITO, S; SESINANDO, A; TEIXEIRA, M. **Futebol de Praia numa Potência Mundial - Gestão do Desporto e Desenvolvimento Estratégico da Modalidade em Portugal**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2023.
- CAMARADA, R; MACHADO, M; TEIXEIRA, M. **Sport Management and Fight Against Doping: Football doping and global socio-economic indicators**. Saarbrücken: Our Knowledge Publishing, 2021.
- CANAN, F; SILVA, T; STAREPRAVO, F. **O esporte nas eleições 2018**. Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.
- CARDEIRA, I; NUNES, P. Os eventos desportivos como plataforma entre o desporto e o desenvolvimento humano. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, p. 56-63, 2012.
- CARVALHO, A. **Desporto e Autarquias Locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo local**. Porto: Campo das Letras, 1994.
- CARVALHO, A; CARVALHO, M; SILVA, R. **O Desporto e o Direito: Prevenir, Disciplinar, Punir**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Orientações da UE para a promoção da atividade física. Ações recomendadas para apoiar a atividade física benéfica para a saúde**, 2008.
- CRESPO, J. Perspetivas de Espaços Para a Prática do Desporto Para Todos: Uma Proposta Para Portugal. *In*: **Congresso Europeu Desporto Para Todos - Os Espaços e os Equipamentos Desportivos**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991, p. 19-52.
- DAMO, L; SESINANDO, A; TEIXEIRA, M. **Gestão do Esporte e Negócio do Futebol: O Preço como estratégia de Marketing para os Torcedores**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2023.
- DIAS, P. **Os Grandes Eventos Desportivos: análise das vertentes políticas, económicas, sociais e organizacionais**. 2006. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.
- DUARTE, M. Interioridade e políticas desportivas. *In*: BENTO, J; CONSTANTINO, J. (Coords.). **Desporto e Municípios: Políticas, Práticas e Programas**. Lisboa: Visão e Contextos, 2012, p. 233-237.

ESSINAGUE, P. **Relações entre Desporto e Política**. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura da República Portuguesa, 1974.

FIGUEIRA, T; TEIXEIRA, M. Políticas Públicas de Desporto: Promoção de Desportos Náuticos na Área Metropolitana de Lisboa. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 1-19, 2020.

FIGUEIRA, T; TEIXEIRA, M. Sports public policy: sports activities in the first cycle in the municipalities of the metropolitan area of Lisbon. **Journal of Physical Education**, v. 32, n. 1, e-3275, 2021.

FIGUEIRA, T; MENEZES, V; TEIXEIRA, M. Políticas Públicas de Desporto na Área Metropolitana de Lisboa. In: SOUZA, L. (Ed.). **Educação Física e Qualidade de Vida: Reflexões e Perspetivas**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022, p. 118-154.

GARCIA, J; SARAGOÇA, J; TEIXEIRA, M. Uma comunidade desportiva e as redes de cooperação entre organizações promotoras de desporto. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**, v. 32, n. 4, p. 621-631, 2018.

GÓMEZ-RODRÍGUEZ, J; SEGUÍ-URBANEJA, J; TEIXEIRA, M. C.; CABELLO-MANRIQUE, D. How Countries Compete for Success in Elite Sport: A Systematic Review. **Social Sciences**, v. 13, n. 1, 31, 2024.

HARTMAN, D. Um Novo Plano Dourado na República Federal Da Alemanha? In: **Congresso Europeu Desporto Para Todos - Os Espaços e os Equipamentos Desportivos**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991, p. 83-88.

MARCONI, M; LAKATOS E. **Fundamentos de Metodologia Científica** (9a ed.). São Paulo: Editora Atlas, 2021.

MARQUES, A. **A escola, a educação física e a promoção de estilos de vida activa e saudável: Estudo de um caso**. 2010. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de Análise e Organização de Situações de Educação) – Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

MESTRE, B; SESINANDO, A; TEIXEIRA, M. **Políticas Públicas de Desporto: Estudo de município no sul da Europa**. Saarbrücken: Novas Edições Académicas, 2023.

NERY, L; TEIXEIRA, M. **Gestão do conhecimento no esporte: investigação e boas práticas para excelência na gestão do esporte**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2024.

OLIVEIRA, F; TELLES, S; NERY, L; TEIXEIRA, M. Beach Volleyball Management in Brazil. In: CEPEDA CARRIÓN, G; GARCÍA-FERNÁNDEZ; J; ZHANG, J.J. (Eds.). **Sport Management in the Ibero-American World: Product and Service Innovations**. Abingdon: Routledge, 2023, p. 274-294.

PALMITO, F; SOUZA, N; PINHEIRO, R; SILVA, T. A Atenção Dada ao Esporte e Lazer na Arena Política - Um Estudo sobre os Vinte Maiores Municípios do Estado da Bahia. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, v. 5, n. 1, p. 130-146, 2020.

PEREIRA, E. O financiamento do desporto e os apoios públicos ao associativismo local. In: BENTO, J; CONSTANTINO, J. (Coords.). **Desporto e Municípios: Políticas, Práticas e Programas**. Lisboa: Visão e Contextos, 2012, p. 205-218.

- PICAMILHO, S; SARAGOÇA, J; TEIXEIRA, M. Dual careers in high sporting performance in Europe: a systematic literature review. **Motricidade**, v. 17, n. 3, p. 290-305, 2021.
- PICAMILHO, S; SARAGOÇA, J; TEIXEIRA, M. Exploratory factor analysis of instruments for dual career assessment. **Motricidade**, v. 19, n. 4, 2023.
- PIRES, G. **A estrutura e a política desportivas: o caso português - estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português**. 1989. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- PIRES, G. **Agôn: Gestão do Desporto - O jogo de Zeus**. Porto: Porto Editora, 2007.
- PORDATA. **Finanças Autárquicas - Câmaras Municipais: despesas, receitas e saldo**, 2022.
- REIS, R; TELLES, S; TEIXEIRA, M. Measuring the legacies of sports mega events: a systematic review. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 23, n. 4, p. 996-1009, 2023.
- ROCHA, J; SILVA, H. **Os deveres de prestação de contas por parte dos entes locais no ordenamento português**. Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho, 2019.
- SALLENT, O; GUIA, J; PALAU, R. Exploring the Legacy of Sports Events on Sport Tourism Networks. **European Sport Management Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 397-421, 2011.
- SEBASTIÃO, S. **Comunicação Estratégica: As Relações Públicas**. Lisboa: Edições Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010.
- SESINANDO, A. **Estilos de Liderança em Gestão do Desporto - Estudo dos efeitos na motivação dos técnicos superiores de desporto dos municípios portugueses**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direção e Gestão Desportiva) - Universidade de Évora, Évora.
- SESINANDO, A; TEIXEIRA, M. Educação em Gestão do Desporto: Uma perspetiva sobre o Sector Público. **Revista Internacional de Gestão Desportiva**, v. 12, n. 2, e110043, 2022.
- SESINANDO, A; URBANEJA, J; TEIXEIRA, M. Professional development, skills, and competences in sports: a survey in the field. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 22, n. 11, p. 2800-2809, 2022.
- SESINANDO, A; SEGUÍ-URBANEJA, J; TEIXEIRA, M. **Liderança e Motivação na Gestão do Desporto: Conceitos e implicações práticas na Administração Local**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023.
- SILVA, T; COUTO, A; SANTOS, M. Análise da estrutura administrativa e financeira do esporte no município de Ipaíú-BA. **PODIUM**, v. 3, n. 3, p. 77-87, 2014.
- TEIXEIRA, M. Modelo Organizacional para os Serviços Municipais de Desporto. In: COELHO, M. S; MELO, E. C; GONÇALVES, C; ALBUQUERQUE, E; OLIVEIRA, H; TEIXEIRA, M; FREITAS, M. C; Mortágua, P. (Eds.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Cantanhede**. Cantanhede: Município de Cantanhede, 2004. p. 37-42.
- TEIXEIRA, M; MAÇARICO, L; CORREIA, S. O Papel das Autoridades Locais e Regionais no Acolhimento e Acompanhamento dos Espectadores no âmbito do EURO 2004. **Revista Portuguesa de Gestão de Desporto**, v. 2, n. 2, p. 69-76, 2005.

TEIXEIRA, M; CORREIA, A. Segmenting fitness centre clients. **International Journal of Sport Management and Marketing**, v. 5, n. 4, p. 396-416, 2009.

TEIXEIRA, M. **Portugal, Poder Local e Desporto**. Lisboa: Grifos, 2009.

TEIXEIRA, M; CORREIA, A. Marketing and sponsorship in French football league. **International Journal of Sport Management and Marketing**, v. 9, n. 1-2, p. 3-12, 2011.

TEIXEIRA, M. **O Desporto e as Pessoas: Estudo de fatores do desenvolvimento regional do desporto em Portugal**. 2012. Tese (Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Ciências do Desporto) - Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

TEIXEIRA, M; RIBEIRO, T. O Processo de Desenvolvimento Desportivo: Fatores de incidência em Portugal. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 14, p. 67-79, 2014.

TEIXEIRA, M; RIBEIRO, T; CORREIA, A. Demographic and Economic Factors Study in the Regional Sports Development. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 4, n. 4, p. 77-82, 2014.

TEIXEIRA, M; RIBEIRO, T. Sport Policy and Sports Development: Study of Demographic, Organizational, Financial and Political Dimensions to the Local Level in Portugal. **Open Sports Sciences Journal**, v. 9, n. 1-M4, p. 26-34, 2016.

TEIXEIRA, M. **Gestão do Desporto: Desenvolvimento Desportivo Regional e Municipal**. Lisboa: MediaXXI, 2019.

TEIXEIRA, M; LEÃO, R; ALMEIDA, N. Os dirigentes desportivos em Portugal: Estudo sobre a modalidade de hóquei em patins. **Arquivos Brasileiros de Educação Física**, v. 2, n. 1, p. 40-49, 2019.

TEIXEIRA, M; RIJO, V; SESINANDO, A. Sports management research: analysis of scientific development in Portugal (2008-2017). **Journal of Physical Education**, v. 33, n. 1, e-3353, 2022.

TEIXEIRA, M; BANZA, T; ALMEIDA, N; SESINANDO, A. Sport mega-events, volunteer motivation, and self-assessment: reasons and. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 23, n. 5, p. 1221-1236, 2023a.

TEIXEIRA, M; DIOGO, G; SEGUÍ-URBANEJA, J; SESINANDO, A. Sport in the military context: A national and international analysis from the perspective of sport management. **Retos**, v. 49, p. 468-477, 2023b.

TEIXEIRA, M; JUNIOR, A; SESINANDO, A. Sport Events as a Catalyst for Economic, Socio-Cultural, Tourism, and Environmental Sustainability in Portugal. *In*: CEPEDA CARRIÓN, G; GARCÍA-FERNÁNDEZ, J; ZHANG, J.J. (Eds.). **Sport Management in the Ibero-American World: Product and Service Innovations**. Abingdon: Routledge, 2023c, p. 258-273.

TEIXEIRA, M; BANZA, T; ALMEIDA, N; SESINANDO, A. Motivations and Expectations of Olympic Volunteers: Building a Legacy of Personal Development as a Key Factor for the Success of Sports Mega-Events. **Physical Culture and Sport. Studies and Research**, v. 102, n. 1, p. 1-18, 2023d.

TEIXEIRA, M; NUNES, V; GARCÍA-FERNÁNDEZ, J; SESINANDO, A. Sports Management in Local Authorities: a conceptual analysis of Municipal Sports Companies. **Motricidade**, v. 19, n. 2, p. 180-189, 2023e.

TEIXEIRA, M; MAMEDE, N; SEGUÍ-URBANEJA, J; SESINANDO, A. European Cities of Sport as a Strategic Policy for Local Development of Sports: A Perspective from Sports Management in the Last Decade. **Physical Culture and Sport. Studies and Research**, v. 103, n. 1, p. 1-16, 2023f.

TENREIRO, F. **Economia do Desporto. A competitividade de Portugal na União Europeia**. 2010. Tese (Doutoramento em Ciências do Desporto) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

URBANEJA, J; MENDONÇA, C; TEIXEIRA, M. The Portuguese gamer: characterization and sports habit (gender perspective). **Retos**, v. 47, p. 352-358, 2023.

ANEXOS

VALORES ABSOLUTOS NUT I, NUT II, NUT III E NUT IV

Valores Absolutos NUT I

NUT 1	Dotação Global Municípios	Execução Global Municípios	Dotação Desporto	Execução Desporto
Açores	197 294 554,45 €	162 212 319,24 €	6 694 459,17 €	5 189 036,79 €
Madeira	211 811 317,82 €	156 786 379,29 €	2 667 855,14 €	2 289 384,65 €
Continente	8 747 291 102,41 €	6 576 612 488,19 €	267 807 873,35 €	178 886 601,37 €

Valores Absolutos NUT II

NUT 2	Dotação Global Municípios	Execução Global Municípios	Dotação Desporto	Execução Desporto
Norte	2 767 346 748,66 €	2 187 117 357,84 €	102 439 299,85 €	72 508 592,73 €
Centro	2 084 522 756,55 €	1 567 627 783,22 €	70 738 698,07 €	44 759 509,83 €
A.M. Lisboa	2 506 626 948,26 €	1 807 360 706,65 €	33 500 280,16 €	24 447 485,85 €
Alentejo	866 098 384,78 €	667 808 509,21 €	27 420 133,84 €	16 993 659,59 €
Algarve	522 696 264,16 €	346 698 131,27 €	33 709 461,43 €	20 177 353,37 €
R.A. Açores	197 294 554,45 €	162 212 319,24 €	6 694 459,17 €	5 189 036,79 €
R.A. Madeira	211 811 317,82 €	156 786 379,29 €	2 667 855,14 €	2 289 384,65 €

Valores Absolutos NUT III

NUT 3	Dotação Global Municípios	Execução Global Municípios	Dotação Desporto	Execução Desporto
Alto Minho	269 938 893,10 €	221 299 274,23 €	5 828 405,66 €	3 114 907,84 €
Cávado	310 632 553,86 €	268 983 570,76 €	21 305 993,32 €	16 679 491,30 €
Ave	122 468 045,31 €	102 611 342,27 €	2 447 016,11 €	2 209 705,74 €
A.M. Porto	1 236 756 411,75 €	974 358 939,21 €	44 159 369,38 €	31 137 803,11 €
Alto Tâmega	134 706 437,53 €	110 030 416,82 €	4 011 902,42 €	3 076 637,63 €
Tâmega e Sousa	318 058 672,82 €	238 450 463,05 €	12 586 729,43 €	8 566 591,32 €
Douro	190 069 580,66 €	137 355 809,99 €	6 056 999,39 €	4 446 658,99 €
Terras de Trás-os-Montes	184 716 153,63 €	134 027 541,51 €	6 042 884,14 €	3 276 796,80 €
Oeste	339 302 676,34 €	262 030 554,50 €	7 835 738,00 €	5 658 999,85 €
Região de Aveiro	358 510 973,47 €	244 351 388,50 €	15 095 345,50 €	8 747 570,99 €
Região de Coimbra	320 801 500,05 €	252 234 192,05 €	11 294 643,79 €	7 213 971,95 €
Região de Leiria	179 492 947,58 €	136 199 847,47 €	4 793 740,87 €	3 104 048,15 €
Viseu Dão Lafões	319 984 171,82 €	222 955 180,51 €	11 655 808,09 €	7 268 441,54 €
Beira Baixa	99 918 021,56 €	75 239 676,34 €	6 074 311,73 €	3 405 414,13 €
Médio Tejo	229 625 007,58 €	182 403 145,93 €	7 491 109,52 €	4 530 061,57 €
Beiras e Serra da Estrela	236 887 458,15 €	192 213 797,92 €	6 498 000,57 €	4 831 001,65 €

A.M. Lisboa	2 506 626 948,26 €	1 807 360 706,65 €	33 500 280,16 €	24 447 485,85 €
Alentejo Litoral	143 674 492,40 €	108 484 104,35 €	5 889 371,00 €	3 775 918,15 €
Baixo Alentejo	181 291 265,13 €	132 765 197,86 €	7 097 710,29 €	2 911 396,45 €
Lezíria do Tejo	232 987 777,06 €	182 307 908,35 €	6 904 132,13 €	5 359 135,08 €
Alto Alentejo	171 123 572,63 €	137 192 860,30 €	5 014 642,71 €	3 262 141,73 €
Alentejo Central	137 021 277,56 €	107 058 438,35 €	2 514 277,71 €	1 685 068,18 €
Algarve	522 696 264,16 €	346 698 131,27 €	33 709 461,43 €	20 177 353,37 €
R.A. Açores	197 294 554,45 €	162 212 319,24 €	6 694 459,17 €	5 189 036,79 €
R.A. Madeira	211 811 317,82 €	156 786 379,29 €	2 667 855,14 €	2 289 384,65 €

Valores Absolutos dos Municípios analisados

Municípios	Dotação Global Município	Execução Global Município	Dotação Desporto	Execução Desporto
Abrantes	34 266 106,00 €	25 454 887,29 €	3 281 930,00 €	1 862 317,85 €
Águeda	35 554 518,47 €	28 554 392,37 €	1 239 157,55 €	959 322,25 €
Aguiar da Beira	12 854 500,00 €	7 579 150,52 €	920 139,00 €	517 637,71 €
Alandroal	13 608 928,30 €	10 403 637,21 €	6 644,00 €	6 642,00 €
Albergaria-a-Velha	18 719 441,23 €	15 941 970,64 €	1 311 293,09 €	1 137 446,40 €
Albufeira	154 140 104,89 €	84 398 716,62 €	8 113 395,00 €	3 552 142,98 €
Alcanena	19 004 669,82 €	16 452 822,02 €	582 015,00 €	452 273,56 €
Alcobaça	49 588 015,74 €	29 204 935,21 €	1 200 000,00 €	1 011 322,00 €
Alcochete	25 594 512,00 €	18 929 503,32 €	337 981,00 €	251 003,62 €
Alcoutim	12 597 328,00 €	8 677 908,67 €	732 720,00 €	473 379,44 €
Alenquer	37 616 472,91 €	26 609 606,12 €	319 387,00 €	233 997,99 €
Aljezur	13 999 822,73 €	12 042 933,82 €	707 295,00 €	541 236,95 €
Almodôvar	20 460 569,77 €	13 152 794,70 €	1 395 660,00 €	531 961,07 €
Alpiarça	13 644 295,76 €	11 154 226,51 €	41 111,09 €	40 390,47 €
Alter do Chão	8 659 891,96 €	6 870 792,27 €	318 425,00 €	7 516,26 €
Alvaiázere	11 660 001,00 €	8 136 059,82 €	71 500,00 €	66 958,50 €
Amadora	108 424 895,00 €	85 245 761,53 €	257 506,00 €	137 962,74 €
Amarante	39 835 674,23 €	35 098 928,07 €	1 263 845,00 €	1 012 397,01 €
Amares	17 713 695,31 €	14 681 468,23 €	116 675,32 €	33 413,32 €
Anadia	24 376 409,03 €	20 880 041,39 €	1 723 700,00 €	1 506 530,41 €
Angra do Heroísmo	22 839 847,69 €	19 099 489,34 €	1 442 740,90 €	1 256 483,07 €
Ansião	13 038 968,70 €	11 338 851,26 €	297 635,95 €	197 454,71 €
Arcos de Valdevez	29 154 174,00 €	25 098 402,61 €	825 000,00 €	368 932,35 €
Armamar	11 360 597,60 €	8 730 081,62 €	110 130,00 €	81 141,31 €
Arraiolos	13 123 529,47 €	10 352 947,99 €	484 375,00 €	287 526,69 €
Arronches	8 375 000,00 €	5 132 184,19 €	313 000,00 €	151 479,93 €
Arruda dos Vinhos	13 611 592,20 €	12 535 137,93 €	186 917,00 €	163 991,66 €
Aveiro	118 072 380,17 €	59 546 663,14 €	5 364 410,00 €	1 332 075,96 €
Azambuja	26 868 521,00 €	21 062 109,00 €	431 000,00 €	334 000,00 €
Baião	17 359 716,86 €	13 651 939,78 €	466 158,97 €	338 599,11 €
Barcelos	87 246 137,00 €	79 183 932,00 €	2 970 176,00 €	1 006 312,00 €
Barreiro	65 373 487,00 €	54 353 069,00 €	4 913 565,00 €	3 878 615,76 €
Batalha	15 874 008,24 €	12 797 383,76 €	514 160,00 €	288 209,60 €

Beja	34 312 734,20 €	25 327 466,39 €	1 669 573,07 €	415 429,61 €
Belmonte	10 027 751,00 €	7 098 467,00 €	296 375,00 €	260 881,85 €
Benavente	22 427 452,21 €	17 594 266,91 €	891 236,00 €	709 826,07 €
Bombarral	10 785 474,48 €	9 071 961,01 €	160 025,00 €	133 073,14 €
Borba	8 426 977,01 €	7 387 671,90 €	353 295,00 €	163 280,45 €
Boticas	8 829 404,48 €	7 008 860,00 €	372 310,00 €	356 995,50 €
Braga	129 226 616,00 €	113 235 119,00 €	15 269 213,00 €	13 466 353,63 €
Bragança	49 978 675,00 €	33 891 328,08 €	3 324 300,00 €	1 982 791,15 €
Cabeceiras de Basto	20 722 920,31 €	17 519 312,04 €	509 100,00 €	481 776,31 €
Caldas da Rainha	33 605 125,00 €	26 315 448,00 €	1 362 240,00 €	1 231 844,70 €
Calheta	7 180 832,86 €	5 360 286,82 €	383 500,00 €	293 009,36 €
Calheta	14 227 670,89 €	11 885 670,13 €	383 500,00 €	293 009,36 €
Câmara de Lobos	21 468 771,75 €	17 886 693,56 €	361 631,76 €	327 382,16 €
Caminha	25 744 295,51 €	19 387 014,86 €	318 840,00 €	216 943,80 €
Campo Maior	12 861 158,74 €	10 977 560,24 €	427 690,00 €	412 544,74 €
Cantanhede	27 876 887,60 €	22 756 290,91 €	1 929 424,00 €	1 293 104,89 €
Carraceda de Ancães	17 066 120,56 €	10 295 964,87 €	455 022,00 €	360 779,94 €
Carregal do Sal	14 063 271,50 €	7 503 739,01 €	1 052 182,45 €	203 742,00 €
Cartaxo	20 772 458,96 €	16 328 194,38 €	130 123,54 €	15 978,74 €
Castanheira de Pera	9 220 775,60 €	6 832 468,63 €	328 525,00 €	242 386,23 €
Castelo Branco	47 909 296,00 €	35 238 019,62 €	2 385 800,00 €	1 731 101,14 €
Castelo de Vide	8 017 861,97 €	5 789 173,89 €	253 800,00 €	206 148,65 €
Castro Daire	23 000 245,73 €	17 580 519,62 €	992 240,00 €	841 438,40 €
Castro Marim	20 630 031,21 €	14 543 411,30 €	666 457,84 €	209 038,23 €
Castro Verde	13 783 763,97 €	11 079 248,21 €	653 375,00 €	320 683,38 €
Castelo de Paiva	27 189 659,39 €	16 444 476,01 €	272 600,00 €	90 444,17 €
Celorico da Beira	11 403 986,72 €	9 711 188,90 €	8 776,00 €	3 732,27 €
Celorico de Basto	16 825 700,87 €	11 962 855,10 €	300 193,00 €	278 436,73 €
Chamusca	14 401 787,88 €	12 651 196,70 €	386 482,12 €	342 603,82 €
Chaves	45 484 275,91 €	34 893 878,70 €	553 590,01 €	176 733,86 €
Condeixa-a-Nova	19 556 271,00 €	13 610 723,37 €	1 372 856,96 €	803 216,51 €
Constância	7 175 929,54 €	6 120 037,16 €	402 261,21 €	277 085,26 €
Coruche	32 278 097,76 €	19 791 056,82 €	1 369 100,00 €	717 010,50 €
Corvo	2 346 677,00 €	1 941 262,95 €	112 860,00 €	77 107,09 €
Crato	9 539 608,34 €	7 944 496,42 €	466 426,34 €	341 190,95 €
Cuba	6 910 996,00 €	5 874 942,08 €	90 033,00 €	72 709,94 €
Elvas	23 428 799,01 €	20 416 016,42 €	750 000,00 €	546 416,62 €
Entroncamento	18 511 655,00 €	15 709 804,42 €	154 066,00 €	94 982,72 €
Espinho	38 140 207,50 €	33 309 084,29 €	635 326,14 €	589 639,71 €
Esposende	26 751 379,63 €	21 823 542,04 €	1 160 880,00 €	945 639,67 €
Estarreja	21 960 335,41 €	16 262 363,36 €	1 685 603,18 €	1 197 914,30 €
Estremoz	18 667 717,00 €	16 180 312,85 €	225 827,00 €	122 939,53 €
Fafe	39 497 230,87 €	35 922 946,26 €	715 100,00 €	713 169,31 €
Faro	48 515 227,96 €	40 446 710,54 €	5 567 004,40 €	4 704 336,57 €
Felgueiras	45 141 684,20 €	37 078 632,56 €	1 833 522,40 €	1 404 442,94 €
Ferreira do Alentejo	16 253 527,44 €	10 889 050,42 €	1 170 878,43 €	68 898,18 €
Ferreira do Zêzere	12 396 730,65 €	10 369 109,85 €	61 405,00 €	54 498,82 €
Figueira da Foz	59 647 186,93 €	47 058 191,95 €	2 189 371,00 €	1 287 913,22 €

Figueira de Castelo Rodrigo	13 909 843,44 €	10 294 749,93 €	536 914,00 €	190 857,25 €
Figueiró dos Vinhos	13 884 214,00 €	9 464 420,02 €	36 710,00 €	22 950,00 €
Fornos de Algodres	7 273 708,60 €	6 343 983,73 €	315 083,67 €	305 239,05 €
Fronteira	6 580 862,71 €	5 442 923,71 €	290 040,00 €	280 567,31 €
Funchal	117 807 042,00 €	84 016 398,00 €	632 203,00 €	564 084,00 €
Fundão	47 597 538,21 €	43 146 266,07 €	195 271,03 €	92 743,03 €
Gavião	9 036 701,99 €	6 991 936,29 €	62 330,00 €	42 994,15 €
Góis	11 172 551,13 €	9 329 809,47 €	463 366,70 €	124 679,52 €
Golegã	8 421 668,39 €	7 150 403,96 €	94 045,00 €	84 945,94 €
Gondomar	110 656 495,24 €	102 062 282,87 €	1 679 185,00 €	1 263 023,99 €
Gouveia	16 128 974,88 €	13 641 073,21 €	554 168,00 €	335 007,35 €
Grândola	41 590 986,46 €	27 688 672,36 €	1 199 788,00 €	878 599,97 €
Guarda	51 959 058,08 €	39 120 985,44 €	1 107 000,00 €	656 518,00 €
Horta	15 100 916,21 €	11 893 811,98 €	427 954,80 €	314 459,20 €
Idanha-a-Nova	24 464 873,31 €	19 756 541,10 €	1 343 848,68 €	774 374,68 €
Ílhavo	29 394 000,00 €	24 067 805,92 €	545 950,00 €	505 566,29 €
Lages do Pico	8 282 670,65 €	6 310 196,88 €	150 136,04 €	119 040,54 €
Lagoa	48 229 587,14 €	37 616 475,47 €	2 629 798,00 €	1 826 884,00 €
Lagoa	13 059 594,00 €	12 081 765,19 €	163 481,00 €	87 057,36 €
Lajes das Flores	4 733 570,39 €	3 652 181,93 €	20 856,12 €	2 901,00 €
Lisboa	1 291 183 000,00 €	820 123 000,00 €	7 624 688,00 €	4 564 384,00 €
Loures	154 293 122,29 €	117 825 108,52 €	1 218 057,00 €	710 279,55 €
Lourinhã	28 558 880,00 €	24 408 079,97 €	631 620,00 €	357 632,72 €
Lousã	16 872 501,92 €	14 074 217,17 €	445 230,00 €	383 113,98 €
Lousada	37 894 623,25 €	29 893 754,48 €	1 160 426,55 €	719 920,61 €
Macão	14 129 828,56 €	10 978 594,37 €	120 535,00 €	86 120,96 €
Macedo de Cavaleiros	22 687 932,22 €	17 526 054,55 €	555 960,99 €	214 187,04 €
Madalena	10 984 101,39 €	7 920 056,35 €	130 472,00 €	76 368,24 €
Mafra	100 486 853,30 €	93 028 482,92 €	1 362 455,00 €	1 002 071,16 €
Maia	93 252 453,00 €	72 596 497,00 €	4 342 737,58 €	3 364 498,33 €
Mangualde	25 015 544,00 €	18 276 144,64 €	475 235,00 €	317 527,81 €
Marco de Canavezes	38 529 901,00 €	25 968 902,00 €	1 953 300,00 €	869 936,36 €
Marinha Grande	38 665 361,00 €	24 694 887,00 €	1 592 884,92 €	783 613,43 €
Marvão	8 591 312,08 €	6 023 411,51 €	169 690,00 €	131 037,70 €
Matosinhos	141 029 988,47 €	113 687 213,94 €	9 690 564,19 €	7 029 269,45 €
Mêda	12 671 151,89 €	8 018 949,83 €	226 672,87 €	204 513,81 €
Mértola	24 637 290,89 €	15 169 958,85 €	635 350,00 €	354 466,21 €
Mesão-Frio	7 518 036,94 €	5 865 670,20 €	17 750,00 €	16 606,71 €
Mira	14 923 533,08 €	13 043 896,72 €	342 735,30 €	265 023,59 €
Miranda do Corvo	14 017 798,26 €	10 436 742,55 €	240 000,00 €	200 000,00 €
Miranda do Douro	19 444 787,85 €	14 162 034,83 €	883 978,15 €	228 590,80 €
Mirandela	31 147 006,40 €	23 199 824,45 €	413 560,00 €	380 929,66 €
Mogadouro	17 298 483,00 €	13 321 711,99 €	350 000,00 €	212 168,01 €
Moimenta da Beira	13 750 000,00 €	10 777 652,34 €	535 280,39 €	310 348,22 €
Monção	22 017 260,71 €	19 261 980,40 €	164 429,00 €	163 061,67 €
Monchique	22 341 376,00 €	10 575 430,23 €	1 112 200,00 €	387 930,15 €
Monforte	7 861 334,00 €	6 859 766,00 €	79 790,00 €	47 438,55 €

Montalegre	24 547 638,00 €	21 169 533,31 €	848 100,00 €	685 777,47 €
Monte Mor o Novo	27 664 023,68 €	20 530 150,12 €	80 538,27 €	73 897,20 €
Montemor-o-Velho	24 243 682,00 €	18 122 805,79 €	1 233 740,00 €	451 025,22 €
Mora	10 551 724,28 €	7 173 597,27 €	304 570,00 €	208 036,16 €
Mortágua	15 408 061,20 €	11 092 538,03 €	636 383,00 €	500 187,87 €
Moura	19 477 356,20 €	16 164 263,03 €	374 645,00 €	283 310,67 €
Mourão	14 571 677,93 €	10 370 540,64 €	62 580,00 €	29 582,65 €
Murça	10 591 308,62 €	7 288 022,35 €	201 000,00 €	6 520,27 €
Murtosa	13 102 096,28 €	7 706 965,40 €	591 020,00 €	267 882,81 €
Nazaré	47 803 455,00 €	33 918 607,97 €	1 511 487,00 €	685 928,61 €
Nelas	23 023 292,16 €	14 401 945,20 €	130 207,59 €	110 352,09 €
Nisa	15 335 663,48 €	10 129 165,91 €	518 520,00 €	26 443,65 €
Óbidos	18 781 212,86 €	16 183 156,04 €	227 295,00 €	198 475,00 €
Odemira	36 401 705,94 €	29 783 577,55 €	1 737 150,00 €	1 140 095,11 €
Oeiras	201 054 411,31 €	162 557 687,44 €	2 565 815,50 €	2 414 722,22 €
Olhão	39 285 152,45 €	30 008 972,49 €	3 843 445,19 €	1 593 003,90 €
Oliveira de Azeméis	51 925 054,82 €	34 868 353,16 €	752 160,25 €	226 262,29 €
Oliveira de Frades	13 270 551,00 €	11 354 456,76 €	247 714,00 €	195 589,73 €
Oliveira do Bairro	21 810 454,00 €	17 972 316,12 €	534 764,00 €	307 013,67 €
Oliveira do Hospital	21 594 117,17 €	17 657 123,94 €	454 300,00 €	446 730,89 €
Ourém	43 961 350,00 €	32 517 706,54 €	1 140 700,00 €	718 654,28 €
Ourique	15 535 740,00 €	9 836 890,63 €	434 650,00 €	288 765,87 €
Ovar	42 155 273,88 €	27 965 149,72 €	1 042 922,68 €	836 583,79 €
Paços de Ferreira	33 604 587,46 €	31 439 428,00 €	2 652 683,51 €	2 499 663,24 €
Palmela	55 933 195,25 €	48 788 190,80 €	1 318 297,00 €	1 099 424,93 €
Pampilhosa da Serra	18 815 736,03 €	15 316 062,89 €	196 000,00 €	135 818,79 €
Paredes	63 236 076,00 €	43 241 174,94 €	2 694 038,00 €	1 651 228,01 €
Paredes de Coura	13 889 064,39 €	11 333 240,20 €	130 700,00 €	117 151,92 €
Pedrógão Grande	9 924 603,66 €	8 143 530,17 €	97 725,00 €	93 802,07 €
Penacova	15 419 154,61 €	13 163 387,30 €	567 258,70 €	517 713,65 €
Penafiel	61 677 125,56 €	36 911 547,05 €	2 684 000,00 €	1 352 751,15 €
Penalva do Castelo	13 423 020,00 €	9 297 906,93 €	188 300,00 €	177 570,90 €
Penamacor	13 864 733,38 €	8 760 931,15 €	1 567 772,36 €	313 313,37 €
Penela	10 159 671,78 €	7 878 424,64 €	185 978,00 €	169 116,14 €
Peniche	23 298 820,00 €	20 244 018,97 €	480 170,00 €	417 039,10 €
Pinhel	16 200 488,51 €	13 605 328,64 €	2 518 739,00 €	2 164 369,12 €
Pombal	45 940 913,68 €	37 055 651,71 €	1 428 600,00 €	1 101 951,60 €
Ponta Delgada	48 240 632,60 €	42 842 694,67 €	1 288 992,90 €	1 131 663,86 €
Ponte da Barca	26 422 671,94 €	15 795 780,78 €	580 929,14 €	103 110,61 €
Ponte de Lima	25 250 155,00 €	27 252 768,70 €	1 813 378,50 €	910 625,88 €
Ponte de Sor	22 310 429,60 €	18 426 801,89 €	809 829,88 €	693 879,23 €
Portalegre	19 987 983,78 €	17 771 349,60 €	419 357,49 €	311 878,81 €
Portimão	81 577 505,74 €	55 291 397,16 €	6 758 426,00 €	5 323 556,00 €
Porto	287 815 362,00 €	239 375 230,00 €	6 621 662,32 €	6 320 817,31 €
Porto de Mós	21 284 101,70 €	17 736 595,10 €	426 000,00 €	306 722,01 €
Porto Moniz	7 861 122,39 €	5 914 260,23 €	77 150,00 €	74 314,72 €
Póvoa de Lanhoso	21 193 323,00 €	18 652 086,00 €	375 490,00 €	343 307,29 €
Povoação	7 910 661,00 €	7 248 736,64 €	330 744,00 €	231 576,57 €
Proença-a-Nova	13 679 118,87 €	11 484 184,47 €	776 890,69 €	586 624,94 €

Ribeira de Pena	15 699 303,05 €	12 658 815,54 €	605 260,00 €	380 322,68 €
Ribeira Grande	23 670 108,45 €	21 216 537,12 €	958 202,41 €	939 410,76 €
Rio Maior	25 981 840,14 €	20 276 486,36 €	1 121 220,00 €	944 641,33 €
Sabrosa	10 162 394,30 €	8 831 893,28 €	30 220,44 €	29 184,39 €
Sabugal	23 566 255,82 €	16 968 371,05 €	452 751,00 €	385 106,38 €
Salvaterra de Magos	14 386 746,09 €	13 048 033,15 €	284 814,38 €	261 738,21 €
Santa Comba Dão	10 953 009,69 €	9 318 631,38 €	28 665,86 €	25 639,74 €
Santa Cruz	34 476 968,99 €	24 547 896,91 €	78 988,00 €	64 221,57 €
Santa Cruz da Graciosa	5 850 712,83 €	4 343 258,58 €	275 230,00 €	252 203,22 €
Santa Cruz das Flores	5 675 420,37 €	2 654 520,51 €	721 102,00 €	209 440,63 €
Santa Maria da Feira	97 605 157,99 €	59 442 546,50 €	2 516 005,09 €	1 239 326,64 €
Santa Marta de Penaguião	10 027 450,75 €	7 071 772,81 €	491 594,34 €	346 281,70 €
Santana	8 794 270,80 €	6 193 002,75 €	645 990,38 €	526 301,36 €
Santarém	53 804 908,87 €	43 251 934,56 €	2 155 000,00 €	1 908 000,00 €
Santiago do Cacém	37 331 200,00 €	27 314 747,44 €	2 105 873,00 €	1 283 810,07 €
Santo Tirso	55 882 709,59 €	48 142 954,31 €	1 974 461,26 €	1 462 261,35 €
São Brás de Alportel	14 338 829,66 €	12 681 310,70 €	613 320,00 €	547 008,16 €
São João da Madeira	22 089 127,84 €	18 924 804,26 €	772 126,00 €	711 814,93 €
São João da Pesqueira	16 759 329,12 €	15 118 511,15 €	121 684,00 €	114 641,74 €
São Pedro do Sul	21 201 516,00 €	18 105 240,00 €	316 873,00 €	296 939,00 €
São Roque do Pico	5 567 330,23 €	4 523 239,70 €	20 357,00 €	17 951,00 €
São Vicente	7 175 471,00 €	6 342 457,71 €	488 392,00 €	440 071,48 €
Sardoal	9 665 973,00 €	8 008 399,03 €	181 915,00 €	107 202,26 €
Sátão	14 010 713,10 €	9 626 509,06 €	421 500,00 €	245 939,84 €
Seia	26 148 701,00 €	24 264 434,12 €	286 250,00 €	232 033,54 €
Seixal	137 663 870,00 €	122 907 914,87 €	6 098 259,30 €	4 945 417,95 €
Serpa	20 448 969,00 €	17 394 820,71 €	508 000,00 €	449 451,56 €
Sesimbra	60 380 394,69 €	50 475 673,14 €	2 085 850,00 €	1 822 085,00 €
Sever do Vouga	13 806 400,00 €	9 570 497,91 €	258 735,00 €	53 833,81 €
Sines	28 350 600,00 €	23 697 107,00 €	846 560,00 €	473 413,00 €
Sintra	213 087 867,00 €	157 445 555,00 €	2 620 553,11 €	1 540 341,65 €
Sobral de Monte Agraço	11 745 804,17 €	8 819 541,81 €	277 285,00 €	210 649,84 €
Soure	19 759 593,00 €	16 954 979,48 €	554 250,00 €	407 369,36 €
Sousel	10 536 964,97 €	8 417 281,96 €	135 744,00 €	62 605,18 €
Tábua	20 265 883,43 €	12 579 323,07 €	256 746,13 €	100 518,24 €
Tabuaço	16 655 000,00 €	8 535 208,54 €	290 401,22 €	191 690,68 €
Tavira	51 700 000,00 €	28 152 980,49 €	2 951 400,00 €	1 015 408,93 €
Terras de Bouro	13 673 378,00 €	10 258 940,35 €	216 021,00 €	200 807,77 €
Tomar	30 502 480,40 €	24 872 153,46 €	710 000,00 €	408 194,61 €
Tondela	39 791 439,45 €	22 521 912,15 €	1 380 959,00 €	663 666,39 €
Torre de Moncorvo	15 867 678,79 €	14 037 089,88 €	1 735 717,00 €	1 528 014,12 €
Torres Novas	30 200 696,61 €	23 585 168,07 €	480 477,31 €	121 384,08 €
Torres Vedras	63 907 823,98 €	54 720 061,47 €	1 479 312,00 €	1 015 045,09 €
Trofa	31 991 404,08 €	24 528 918,07 €	1 694 431,55 €	961 346,87 €
Vagos	19 559 665,00 €	15 883 222,53 €	797 790,00 €	643 401,30 €
Valença	21 920 194,05 €	17 542 010,74 €	687 320,00 €	608 452,81 €
Valongo	54 371 263,98 €	44 637 560,90 €	738 912,00 €	459 290,56 €
Valpaços	18 775 074,29 €	17 088 945,77 €	358 042,41 €	236 952,90 €

Vieira do Minho	17 530 083,00 €	13 647 595,06 €	697 826,11 €	560 128,25 €
Velas	8 188 569,69 €	5 082 264,21 €	211 437,00 €	126 338,38 €
Vendas Novas	11 249 674,76 €	9 760 724,19 €	650 475,44 €	607 178,92 €
Viana do Alentejo	8 473 173,93 €	6 968 058,92 €	36 000,00 €	10 016,11 €
Viana do Castelo	86 789 963,68 €	70 532 088,61 €	1 136 209,02 €	498 844,27 €
Vidigueira	9 470 317,66 €	7 875 762,84 €	165 545,79 €	125 719,96 €
Vila do Bispo	15 341 298,38 €	12 261 883,78 €	14 000,00 €	3 428,06 €
Vila do Porto	7 662 909,09 €	6 042 016,37 €	56 393,00 €	54 026,51 €
Vila Flor	11 700 000,00 €	9 407 816,75 €	195 000,00 €	148 668,22 €
Vila Franca de Xira	93 151 340,42 €	75 680 760,11 €	3 097 253,25 €	2 081 177,27 €
Vila Nova da Barquinha	9 809 588,00 €	8 334 463,72 €	375 805,00 €	347 347,17 €
Vila Nova de Cerveira	18 751 113,82 €	15 095 987,33 €	171 600,00 €	127 784,53 €
Vila Nova de Foz coa	13 985 352,98 €	9 147 855,95 €	268 200,00 €	61 449,91 €
Vila Nova de Gaia	188 761 111,24 €	139 542 318,97 €	10 047 760,00 €	5 859 023,67 €
Vila Nova de Paiva	7 060 890,00 €	5 917 788,67 €	84 925,00 €	84 875,00 €
Vila Nova de Poiares	11 068 870,91 €	9 159 674,77 €	227 004,00 €	128 440,08 €
Vila Pouca de Aguiar	21 370 741,80 €	17 210 383,50 €	1 274 600,00 €	1 239 855,22 €
Vila Real	46 326 311,00 €	31 656 087,00 €	1 800 000,00 €	1 400 000,00 €
Vila Verde	36 021 347,92 €	29 800 569,14 €	1 573 028,00 €	1 026 964,91 €
Vila Viçosa	10 683 851,20 €	7 930 797,26 €	309 973,00 €	175 968,47 €
Vimioso	14 279 926,22 €	9 982 094,99 €	210 085,00 €	68 523,28 €
Vinhais	18 179 342,94 €	12 536 675,87 €	110 000,00 €	40 938,64 €
Viseu	83 022 870,50 €	55 474 401,58 €	4 713 418,19 €	2 966 915,29 €
Vizela	23 524 488,13 €	16 869 402,91 €	149 500,00 €	111 324,58 €
Vouzela	19 293 308,69 €	15 996 834,99 €	703 449,00 €	620 607,64 €



JOÃO FRANCISCO GUERREIRO: Natural da vila portuguesa de Almodôvar (1997), possui o grau de Mestre em Direção e Gestão Desportiva pela Universidade de Évora (Portugal) e de Licenciado em Gestão pela Universidade do Algarve. Tenho um passado fortemente ligado ao desporto, nomeadamente ao Futebol enquanto ex-atleta federado e mais recentemente enquanto treinador de futebol juvenil no Sport Lisboa e Benfica (Portugal) e atual Coordenador do Futebol

de Formação no Clube Desportivo de Almodôvar. Esta paixão pelo desporto faz com que esteja constantemente a potencializar a minha formação nesta área, destacando o Curso de Especialização em Agenciamento e Gestão de Carreiras de Futebol e o Curso de Treinador de Futebol. No presente momento, desempenho funções de Técnico Superior no Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira no Município de Almodôvar (Portugal).

Universidade de Évora, Portugal



ANDRÉ DIONÍSIO SESINANDO: Investigador português, nascido em Setúbal (1987). Doutorando em Gestão do Desporto no âmbito da despesa pública no domínio do desporto [Universidade de Évora, Portugal]. Mestre em Direção e Gestão Desportiva e Licenciado em Desporto. Investiga em diversos domínios da Gestão do Desporto, com particular interesse sobre as autoridades locais municipais, políticas

públicas de desporto e liderança na gestão do desporto. Membro do Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia (CEFAGE). Autor e coautor de artigos em revistas científicas com revisão por pares e orador em diversos eventos científicos sobre Gestão do Desporto, tendo sido distinguido com dois prémios internacionais [Brasil e Asian Association for Sport Management – Congresso Internacional Asiático].

Universidade de Évora, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0001-8176-2071>

 <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=57908184500>

 <https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=Le321xgAAAAJ>

 <https://www.researchgate.net/profile/Andre-Sesinando-2>



MÁRIO COELHO TEIXEIRA: Professor e Investigador português, nascido em Lisboa (1972). Doutor em Gestão do Desporto. Coordenador da especialização em Gestão do Desporto do Doutoramento em Motricidade Humana na Universidade de Évora, Portugal. Professor convidado nas melhores universidades europeias, sul-americanas e africanas, destacando-se Madrid, Barcelona/Lleida, Salamanca, Sevilha, Vigo, Murcia e Extremadura

[Espanha], Lisboa, Coimbra, ISCTE e Lusíada [Portugal], Rio de Janeiro, Pernambuco e Maringá [Brasil], Valparaíso [Chile], Estado do México [México], Cabo Verde [Cabo Verde] e FIFA [Mundial]. Participa em Centros de Investigação Internacionais e Comissões Científicas de eventos e revistas. Orienta pós-doutoramentos internacionais, teses de doutoramento internacionais e dissertações de mestrado. Autor de ampla obra publicada em livros, capítulos, artigos e comunicações, tendo sido distinguido com alguns prémios de relevo e mérito científico. É Presidente do Conselho Fiscal do Comité Paralímpico de Portugal e foi Vice-Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, Presidente da Assembleia Geral da Confederação do Desporto de Portugal, Dirigente do Desporto na Câmara Municipal de Lisboa, Membro da Assembleia Plenária do Comité Olímpico de Portugal e Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Portugal 2004 (UEFA Euro 2004). Investigador responsável (região de intervenção Portugal) dos estudos de impacto da candidatura ao FIFA World Cup 2030.

Universidade de Évora, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-0822-2623>

 <https://www.scopus.com/authid/detail.uri?authorId=56538928600>

 <https://scholar.google.com/citations?user=IKGbILoAAAAJ&hl=en>

 <https://www.researchgate.net/profile/Mario-Teixeira-7>

AUTARQUIAS LOCAIS E DESPORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS
AO DESPORTO EM PORTUGAL

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

AUTARQUIAS LOCAIS E DESPORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS
AO DESPORTO EM PORTUGAL

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br